

Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Artes e Comunicação  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

**ARQUITETURA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA  
DE MULHERES EM LARES VIOLENTOS: abrigo, trabalho  
e apoio à maternidade**

ORIENTANDA: Maria Eduarda Domingues da Cunha

ORIENTADORA: Prof.: Dr<sup>a</sup>. Adriana Carla de Azevedo Borba

RECIFE /PE

MARÇO – 2025

ORIENTANDA: MARIA EDUARDA DOMINGUES DA CUNHA

**ARQUITETURA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA  
DE MULHERES EM LARES VIOLENTOS: abrigo, trabalho  
e apoio à maternidade**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo,  
como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título de Bacharel em Arquitetura  
e Urbanismo da Universidade Federal de  
Pernambuco.

RECIFE /PE

MARÇO – 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Cunha, Maria Eduarda Domingues da.

Arquitetura para a promoção da autonomia de mulheres em lares violentos:  
abrigos, trabalho e apoio à maternidade / Maria Eduarda Domingues da Cunha. -  
Recife, 2025.

74 : il., tab.

Orientador(a): Adriana Carla de Azevedo Borba

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -  
Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Arquitetura social. 2. Reintegração social. 3. Empreendedorismo feminino.  
4. Uso misto. 5. Abrigo feminino. I. Borba, Adriana Carla de Azevedo.  
(Orientação). II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Maria Eduarda Domingues da Cunha

## **ARQUITETURA PARA A PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DE MULHERES EM LARES VIOLENTOS: abrigo, trabalho e apoio à maternidade**

Monografia apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco.

APROVADA EM: 11/04/2025

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Adriana Carla de Azevedo Borba (UFPE)  
(ORIENTADORA)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Jaucele De Fátima Ferreira Alves de Azeredo (UFPE)  
(MEMBRO INTERNO)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Janaína Aparecida Gomes de Lima (UFPE)  
(MEMBRO EXTERNO)

## RESUMO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência contra a mulher consiste em qualquer forma de violência de gênero que cause ou possa causar danos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, incluindo ameaças desses atos, coerção ou restrição arbitrária da liberdade, tanto em espaços públicos quanto privados. Diante desse contexto, a violência perpetrada por parceiro íntimo do sexo masculino é a mais prevalente e, em escala global, chega a representar até 38% dos homicídios femininos. No contexto do Brasil, dados divulgados em julho de 2023, na 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, evidenciam que, no ano de 2022, todos os indicadores de violência contra a mulher no país aumentaram. Ao todo, foram 1.437 feminicídios e, a cada 10 vítimas, 7 foram mortas dentro de casa, sendo 73% dos agressores parceiros ou ex-parceiros íntimos. Já em Pernambuco, a Secretaria de Defesa Social, no ano de 2023, registrou que 52.090 mulheres foram vítimas de violência doméstica e familiar, o que demonstra um aumento de 84,79% em comparação com os dados de 2012, ano inicial da coleta. No ranking de casos por município do estado, a cidade do Recife lidera, registrando 9.994 casos apenas em 2023. Nesse contexto, surge a necessidade de abordagens inovadoras e abrangentes, que não apenas ofereçam refúgio, mas também deem suporte a essas mulheres, para que elas consigam romper com o ciclo de abuso e reconstruir suas vidas de forma autônoma, proporcionando apoio para elas e para seus dependentes, atendendo também às necessidades desses. Esta pesquisa tem como objetivo, portanto, propor um anteprojeto arquitetônico de uso misto voltado para o acolhimento e a promoção da autonomia de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Já os objetivos específicos são realizar estudos de caso de projetos arquitetônicos voltados para mulheres em situações de vulnerabilidade social, a fim de identificar elementos e estratégias que possam ser adaptados e incorporados ao anteprojeto proposto, contribuir para o desenvolvimento de abordagens inovadoras na área da arquitetura e do urbanismo, direcionadas ao enfrentamento da violência de gênero e à promoção da igualdade social e, por último, estimular a sustentabilidade social e econômica do projeto em questão, através da pluralidade de usos, com escopo de gerar um suporte múltiplo, estimulando a estabilidade das mulheres acolhidas. Surge a proposta, portanto, de uma edificação de uso misto, no bairro da Várzea, no Recife, que contará com um programa de necessidades diversificado, incluindo, além de pavimentos residenciais, um centro de atendimento a vítimas, uma creche e duas lojas colaborativas. Essa edificação será centrada no acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes, apresentando-se como uma possível solução para essa problemática multifacetada que acomete centenas de vítimas. A pesquisa permitiu identificar que a arquitetura pode desempenhar um papel fundamental no acolhimento e na promoção da autonomia de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, oferecendo não apenas abrigo, mas também suporte para sua reinserção social e econômica. Assim, o estudo reforça o potencial da arquitetura como ferramenta de transformação social e de construção de espaços mais inclusivos.

**Palavras-chave:** Abrigo feminino; Arquitetura social; Uso misto; Reintegração social; Empreendedorismo feminino.

**Número de páginas:** 74.

## ABSTRACT

According to the United Nations (UN), violence against women refers to any gender-based act that results in—or is likely to result in—physical, sexual, or psychological harm. This includes threats, coercion, and arbitrary deprivation of liberty, whether occurring in public or private life. Intimate partner violence is the most prevalent form, accounting for up to 38% of female homicides globally. In Brazil, the 17th edition of the Brazilian Public Security Yearbook (2023) reveals a troubling increase in violence against women in 2022. That year recorded 1,437 femicides, with 70% of victims murdered in their own homes. Moreover, 73% of perpetrators were current or former intimate partners. Pernambuco's State Department of Public Security reported 52,090 cases of domestic and family violence against women in 2023—an 84.79% rise since 2012, the first year of data collection. Recife had the highest incidence in the state, with 9,994 reported cases in 2023 alone. Given this alarming reality, there is an urgent need for innovative, comprehensive approaches that extend beyond temporary shelter. Effective solutions must provide long-term support, empowering women to break the cycle of abuse and rebuild their lives while addressing the needs of their dependents. This study proposes a mixed-use architectural design focused on sheltering and empowering women experiencing domestic and family violence. Its specific objectives include: analyzing case studies of architectural projects for women in socially vulnerable situations to identify adaptable strategies, contributing to innovative architectural and urban planning solutions that combat gender-based violence and promote social equity and ensuring the project's sustainability through multifunctional spaces, fostering stability and autonomy for residents. The proposed development, located in Recife's Várzea neighborhood, will integrate residential units, a victim support center, a daycare, and collaborative retail spaces. By offering a holistic response to a complex issue, this project aims to provide safety while promoting long-term resilience for women and their dependents. The research has identified that architecture can play a fundamental role in providing shelter and promoting the autonomy of women experiencing domestic and family violence. Beyond offering refuge, it can serve as a means of support for their social and economic reintegration. Thus, the study highlights the potential of architecture as a tool for social transformation and the creation of more inclusive spaces.

**Key words:** Women's shelter; Social architecture; Mixed-use development; Social reintegration; Women's entrepreneurship.

**Number of pages:** 74.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Municípios de Pernambuco com casas-abrigo em pleno funcionamento. ....	10
Figura 2 – Municípios de Pernambuco com Centros Especializados de Atendimento às Mulheres. ....	10
Figura 3 – Estados do Brasil com Casa da Mulher Brasileira. ....	15
Figura 4 – Fachada principal do Centro de Referência Clarice Lispector. ....	20
Figura 5 – Fachada principal da Casa da Mulher Brasileira em Brasília ....	23
Figura 6 – Zoneamento Casa da Mulher Brasileira. ....	24
Figura 7 – Pátio interno da CMB em São Paulo. ....	24
Figura 8 – Vista aérea Casas da Mulher Brasileira ....	25
Figura 9 – Conjunto Habitacional Jardim Edite. ....	26
Figura 10 – Disposição de usos do Conjunto Habitacional Jardim Edite. ....	27
Figura 11 – Corte da Unidade Básica de Saúde com claraboia em evidência. ....	27
Figura 12 – Pátio de Convivência. ....	28
Figura 13 – Residencial Corruíras. ....	29
Figura 14 – Implantação Residencial Corruíras. ....	29
Figura 15 – Destaque circulação horizontal e elementos de fachada ....	30
Figura 16 – Sala comunitária de leitura/estudos. ....	31
Figura 17 – Entorno imediato do lote escolhido. ....	33
Figura 18 – Processo de remembramento. ....	36
Figura 19 – Situação proposta. ....	36
Figura 20 – Recorte 01 (lote a ser trabalhado) com insolação e ventilação. ....	37
Figura 21 – Recorte 01 (lote a ser trabalhado) com afastamentos. ....	39
Figura 22 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento. ....	42
Figura 23 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento. ....	43
Figura 24 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento. ....	44
Figura 25 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento. ....	45
Figura 26 – Vista frontal zoneamento. ....	46
Figura 27 – Vista posterior zoneamento. ....	47
Figura 28 – Alocação edificação. ....	49
Figura 29 – Pavimento tipo. ....	50
Figura 30 – Área de convivência pavimento tipo. ....	50
Figura 31 – Recorte da fachada da área de convivência. ....	51
Figura 32 – Espaçamento 1m para passagem de ventilação. ....	51
Figura 33 – Veneziana em vista. ....	52
Figura 34 – Planta apartamento para 2 pessoas. ....	53
Figura 35 – Planta apartamento para 2 pessoas. ....	54
Figura 36 – Planta pavimento térreo. ....	55
Figura 37 – Planta loja colaborativa. ....	56
Figura 38 – Planta loja colaborativa. ....	57
Figura 39 – Planta centro de atendimento. ....	58
Figura 40 – Planta creche. ....	58
Figura 41 – Planta pátio. ....	59

## **Sumário**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL</b>	<b>14</b>
2.1 Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência	14
2.2 Empreendedorismo Feminino	16
2.3 Loja Colaborativa	17
<b>3 ESTUDOS DE REFERÊNCIA</b>	<b>20</b>
3.1 Estudos de Referência Direta	20
3.2 Estudos de Referência Indireta	23
<b>4 CONDICIONANTES DO PROJETO</b>	<b>32</b>
4.1 Área de Intervenção	32
4.2 Terreno – Situação, Dimensões, Zoneamento	35
4.3 Condicionantes urbanísticas/ legislativas	38
<b>5 ESTUDOS PRELIMINARES</b>	<b>41</b>
5.1 Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento	41
5.2 Zoneamento	45
<b>6 A PROPOSTA</b>	<b>47</b>
6.1 Conceito	47
6.2 Partido Arquitetônico e Soluções Projetuais	48
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>60</b>
<b>8 REFERÊNCIAS</b>	<b>63</b>
<b>9 APÊNDICE</b>	<b>66</b>

## **1 INTRODUÇÃO**

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a violência contra a mulher consiste em qualquer forma de violência de gênero que cause ou possa causar danos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, incluindo ameaças desses atos, coerção ou restrição arbitrária da liberdade, tanto em espaços públicos quanto privados. Diante desse contexto, a violência perpetrada por parceiro íntimo do sexo masculino é a mais prevalente e, em escala global, chega a representar até 38% dos homicídios femininos, tornando-se evidente, assim, que a situação de vulnerabilidade social enfrentada por mulheres, principalmente em lares violentos e relacionamentos abusivos, é uma realidade complexa e urgente que demanda intervenções eficazes.

No contexto do Brasil, dados divulgados em julho de 2023, na 17ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, evidenciam que, no ano de 2022, todos os indicadores de violência contra a mulher no país aumentaram. Ao todo, foram 1.437 feminicídios e, a cada 10 vítimas, 7 foram mortas dentro de casa, sendo 73% dos agressores parceiros ou ex-parceiros íntimos. Além disso, 2.563 tentativas de feminicídios foram registradas, assim como 245.713 lesões corporais dolosas.

Já em Pernambuco, a Secretaria de Defesa Social, no ano de 2023, registrou que 52.090 mulheres foram vítimas de violência doméstica e familiar, o que demonstra um aumento de 84,79% em comparação com os dados de 2012, ano inicial da coleta. No ranking de casos por município do estado, a cidade do Recife lidera, registrando 9.994 casos apenas em 2023.

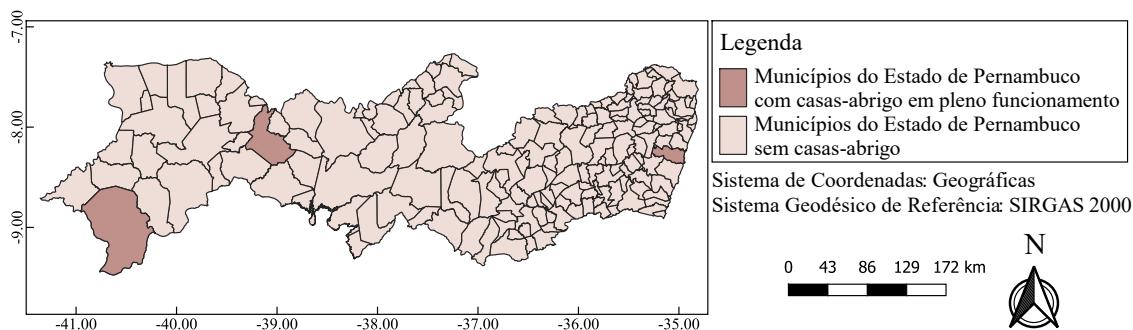
Dessa forma, surge a proposta, de uma edificação de uso misto, no bairro da Várzea, no Recife, centrada no acolhimento de mulheres em situações de violência doméstica e seus dependentes, apresentando-se como uma possível solução para essa problemática multifacetada que acomete centenas de vítimas.

Diante desse cenário, é questionado o motivo pelo qual essas mulheres permanecem na situação de violência, e não buscam auxílio ou afastamento da insalubridade de lares tóxicos. Um dos principais fatores que contribuem para essa permanência e para a manutenção dos ciclos de agressão é a falta de recursos e apoio adequados. Devido a isso, em 2006 foi sancionada no Brasil a Lei N° 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, que visa prevenir e combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, e é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três legislações mais avançadas do mundo. A Lei prevê, dentre outras providências, a criação de

estruturas essenciais para sua efetividade, como delegacias especializadas de atendimento à mulher, casas-abrigo, centros de referência da mulher e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

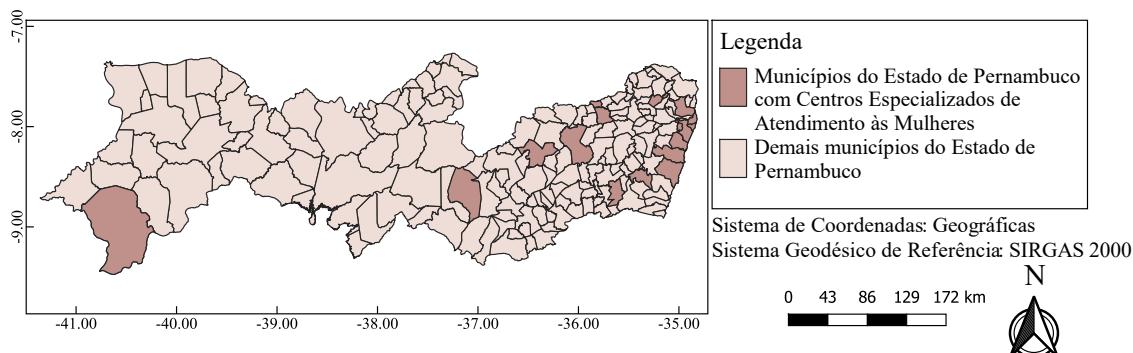
Até o ano de 2019, entretanto, de acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 2,4% das cidades brasileiras possuíam casas-abrigo para dar suporte às mulheres que delas necessitavam. Já em Pernambuco, existem apenas quatro unidades, com somente três em pleno funcionamento, sendo uma no Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife, outra em Petrolina, no Sertão do São Francisco e uma em Salgueiro, no Sertão Central (Figura 1). Com relação aos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres, são 17 municípios, dos 185 presentes em Pernambuco, que possuem unidades do centro em seus territórios (Figura 2).

Figura 1 – Municípios de Pernambuco com casas-abrigo em pleno funcionamento.



Fonte: Autora (2024)

Figura 2 – Municípios de Pernambuco com Centros Especializados de Atendimento às Mulheres.



Fonte: Autora (2024)

Além disso, estudos recentes têm destacado a necessidade de aumentar os recursos para fortalecer, especialmente, as iniciativas de prevenção primária, com o objetivo de que a violência não chegue a acontecer. De acordo com a Organização Pan-Americana

de Saúde, estratégias como o empoderamento econômico das mulheres, combinado com educação em igualdade de gênero e promoção da comunicação e das relações interpessoais na comunidade têm mostrado potencial promissor.

Acrescentando o fator da maternidade na equação da desigualdade de gênero, segundo a pesquisa "Licença maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil", realizada pela Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas, para um público alvo de mulheres de 25 a 44 anos com um filho de até um ano de idade, apenas 41% estão empregadas e somente 28% dessas trabalham 35 horas ou mais por semana. Em contraste, 92% dos homens com filhos de até um ano estão empregados e 82% trabalham 35 horas ou mais por semana. É importante citar, ainda, que segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, no ano de 2022 mais de 2,5 milhões de mulheres não trabalhavam, para cuidar de parentes ou das tarefas domésticas. Muitas dessas precisam incluir, ainda, em suas rotinas, o cuidado com parentes idosos, que frequentemente requerem uma atenção tão específica quanto a de suas crianças.

É fundamental, portanto, compreender e abordar os desafios específicos enfrentados por essas mulheres, incluindo a falta de oportunidades de trabalho e a dificuldade de conciliar a maternidade com a busca por independência financeira, principalmente devido ao difícil acesso a creches e escolas em tempo integral, que deem suporte às mães que não possuem uma rede de apoio familiar.

Nesse contexto, surge a necessidade de abordagens inovadoras e abrangentes, que não apenas ofereçam refúgio, mas também deem suporte a essas mulheres, para que elas consigam romper com o ciclo de abuso e reconstruir suas vidas de forma autônoma, proporcionando apoio para elas e para seus dependentes, atendendo também às necessidades desses.

No âmbito da cidade do Recife, assim como no restante do Brasil, esses desafios são exacerbados pelo machismo estrutural e pela falta de acesso a recursos e serviços adequados, resultando em barreiras adicionais para mulheres em situações de vulnerabilidade. Surge, dessa forma, a escolha estratégica do bairro da Várzea para a implementação de um projeto que visa dar suporte e reintegrar mulheres em situação de violência doméstica e vulnerabilidade à sociedade.

Bairro reconhecido por sua riqueza cultural, a Várzea é um verdadeiro centro de comércio e serviços na região, além de contar com um grande abastecimento de linhas de ônibus e metrôs. A característica comercial da vizinhança proporciona uma base sólida para a criação de um espaço que não apenas integre mulheres vulneráveis à economia

local, mas também ofereça suporte prático. Além disso, o bairro conta com equipamentos públicos diversos e necessários para o estabelecimento e manutenção da rotina das novas famílias a serem recebidas.

Assim, o objetivo geral que norteia este trabalho é: propor um anteprojeto arquitetônico de uso misto voltado para o acolhimento e a promoção da autonomia de mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Já os objetivos específicos são:

- Realizar estudos de caso de projetos arquitetônicos voltados para mulheres em situações de vulnerabilidade social, a fim de identificar elementos e estratégias que possam ser adaptados e incorporados ao anteprojeto proposto.

- Contribuir para o desenvolvimento de abordagens inovadoras na área da arquitetura e do urbanismo, direcionadas ao enfrentamento da violência de gênero e à promoção da igualdade social.

- Estimular a sustentabilidade social e econômica do projeto, através da pluralidade de usos, com escopo de gerar um suporte múltiplo, estimulando a estabilidade das mulheres acolhidas.

Além da identificação com a parcela feminina da sociedade que, em sua maioria, já enfrentou ou ainda virá a enfrentar algum tipo de violência de gênero, é nítido que a escolha do tema é motivada pela urgência em abordar e estimular formas de prevenção primária, bem como trazer soluções e respostas para a violência doméstica e a vulnerabilidade social da mulher e de seus dependentes. Ademais, este projeto torna-se essencial para demonstrar como a união entre uma boa arquitetura e uma boa leitura urbana pode ser uma ferramenta poderosa na transformação e promoção da igualdade social.

Para a idealização desse, algumas etapas primordiais foram estabelecidas, sendo a primeira delas a realização de um levantamento de índices e indicadores de violência de gênero e doméstica contra a mulher no Brasil e mais especificamente no Recife, assim como a busca e estudo de caso de espaços voltados para o recebimento dessas vítimas e seus dependentes, como as Casas-Abrigo e Centros Especializados de Atendimento às Mulheres. Em seguida, foi feito um estudo a respeito do entorno imediato e dos usos mais presentes na região do lote que, posteriormente, foi o escolhido para o projeto. Esse aprofundamento se fez necessário para o entendimento da dinâmica minuciosa da região, a fim de estabelecer se o bairro da Várzea estava apto a receber e proporcionar as condições necessárias para a inserção das mulheres que serão acolhidas na comunidade.

Após a realização das etapas já apontadas, foi feita uma pesquisa, síntese e desenvolvimento do referencial teórico, com a escolha de autores com publicações relacionados às palavras-chave e à temática escolhida para esse estudo, seguida por uma busca, estudo e aprofundamento em referências projetuais, diretas e indiretas.

A próxima etapa do trabalho se voltou para a análise dos condicionantes do projeto e da proposta de usos para a edificação, que é composta por, além dos pavimentos residenciais, um espaço de atendimento centrado no acolhimento inicial da mulher, uma loja colaborativa, explorada como alternativa para a reinserção das vítimas no mercado de trabalho, uma creche, que serve como rede de apoio, para que essas mulheres possam contar com um local adequado e qualificado para receber suas crianças enquanto trabalham, um auditório, que recebe eventos profissionalizantes, oficinas e atividades voltadas para a prevenção primária para com todas as mulheres da comunidade e salas de consultório para o recebimento eventual de profissionais de saúde.

Com todas as etapas anteriores finalizadas, foi realizada, portanto, a idealização, em nível de anteprojeto, da edificação de uso misto voltada para o acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica e seus dependentes.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL**

O escopo deste capítulo consiste em apresentar a pesquisa bibliográfica reunida para ser utilizada como referência teórica para cada uma das temáticas do projeto assim como as respectivas palavras-chave geradas através dessas, sendo criados, portanto, 3 subtópicos: Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; Empreendedorismo Feminino e Loja Colaborativa.

### **2.1 Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres refere-se à ação conjunta entre o governo, instituições não-governamentais e a população, com o objetivo de desenvolver estratégias eficazes de prevenção e implementar políticas que promovam a construção da autonomia e o empoderamento das mulheres, assegurando seus direitos humanos, responsabilizando seus agressores e oferecendo assistência qualificada para as vítimas de violência.

Nesse cenário, surge a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, com foco na garantia dessa assistência qualificada oferecida pela rede de enfrentamento. A rede de atendimento consiste, portanto, no conjunto de medidas e serviços, principalmente dos setores de assistência social, justiça, segurança pública e saúde, que têm como objetivo garantir um atendimento completo, humanizado e, consequentemente, a identificação correta dos casos e o encaminhamento apropriado.

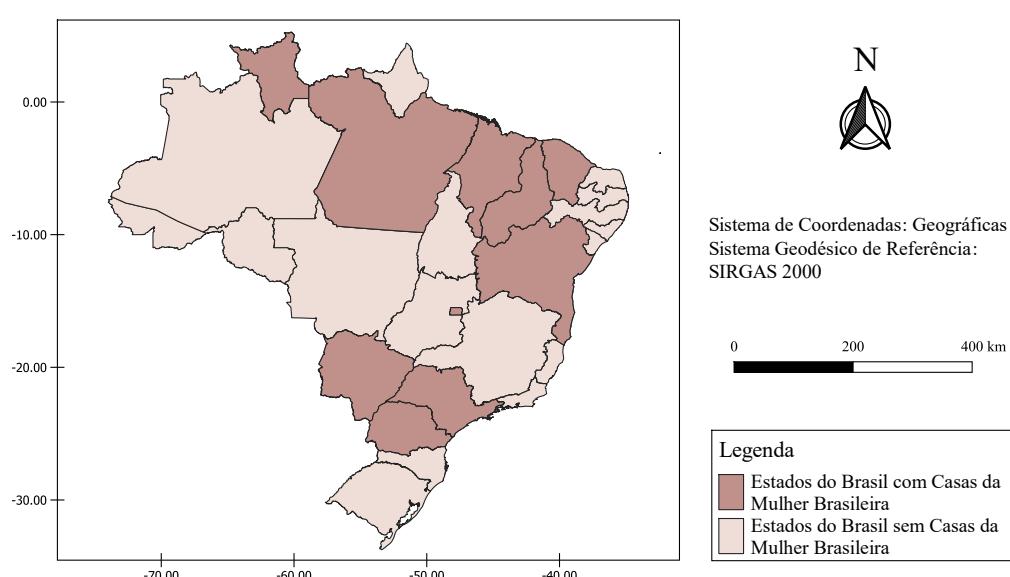
Para isso, foram criados órgãos especializados, com serviços gratuitos e com foco exclusivo no atendimento de mulheres e com experiência no enfrentamento à violência de gênero, e outros não especializados, que fazem, entretanto, os encaminhamentos necessários. Dentre os serviços que as mulheres em situação de violência podem acessar estão: Centros de Atendimento à Mulher, Casas Abrigo, Casas de Acolhimento Temporário, Delegacias Especializadas, Núcleos de Defesa da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), Ouvidoria da Mulher, serviços de saúde específicos para vítimas de violência sexual e doméstica, Centros Especializados de Atendimento às Mulheres (CEAMs) e as Casas da Mulher Brasileira.

As Casas Abrigo, por exemplo, segundo o informativo Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, oferecem proteção e apoio integral (psicológico e jurídico) para mulheres em risco de morte devido à violência doméstica, com ou sem seus filhos. O tempo de permanência pode variar entre 90 e 180 dias, período durante o qual as mulheres devem buscar as condições necessárias para reconstruir suas vidas fora do abrigo. A localização dessas casas é mantida em sigilo para garantir a segurança das moradoras.

Já os Centros Especializados de Atendimento à Mulher, de acordo com a prefeitura do Recife, acolhem e oferecem orientação para mulheres que vivenciam violência doméstica ou de gênero. Esses centros são compostos por uma equipe multidisciplinar de psicólogas, assistentes sociais, advogadas e educadoras e acompanham os casos, encaminhando-os para a rede municipal de proteção. No Recife, por exemplo, o Centro Clarice Lispector presta esse tipo de atendimento e oferece ainda abrigo emergencial para as usuárias, com ou sem filhos.

No que se diz respeito à Casa da Mulher Brasileira (CBM), atualmente, existem dez unidades em operação no Brasil, sendo essas localizadas em Campo Grande/MS, Fortaleza/CE, Ceilândia/DF, Curitiba/PR, São Luís/MA, Boa Vista/RR, São Paulo/SP, Salvador/BA, Teresina/PI e Ananindeua/PA (Figura 3). Para Pernambuco, em janeiro de 2025 foi anunciado pelo Governo do Estado a assinatura de um contrato para a construção de uma CBM em Recife, que será a primeira do estado, com previsão para novas unidades também em Caruaru e Petrolina.

Figura 3 – Estados do Brasil com Casa da Mulher Brasileira.



Fonte: Autora (2024)

Por fim, a partir de informações disponibilizadas pelo Ministério das Mulheres, a Casa da Mulher Brasileira faz parte do Programa Mulher Viver Sem Violência e integra serviços de atendimento a diferentes formas de violência contra a mulher.

## **2.2 Empreendedorismo Feminino**

O termo “Empreendedorismo Feminino” é um conceito que inclui tanto a criação de empresas por mulheres quanto a ocupação de cargos de liderança por elas. Gomes (2006) reconhece a importância da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, e afirma que o fenômeno tem impacto nas esferas econômica, social e pessoal, pois ao obterem sua própria renda, elas contribuem para o sustento da família, o que fortalece sua autoestima, já que passam a compartilhar a responsabilidade financeira do lar, antes majoritariamente atribuída ao companheiro.

A sociedade, entretanto, enxerga de forma positiva aqueles que empreendem, mas ainda considera essa atividade predominantemente masculina, especialmente quando o setor escolhido não está relacionado a profissões tradicionalmente vistas como “apropriadas para mulheres” (Machado, 2012).

Segundo Amorim e Batista (2011), com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, o empreendedorismo feminino tem ganhado destaque, e o número de negócios dirigidos por mulheres está crescendo gradualmente. Por isso, torna-se cada vez mais relevante compreender sua importância no contexto econômico, assim como os principais motivos que levam as mulheres a empreender.

Em 2019, os dados da pesquisa intitulada "Empreendedorismo no Brasil 2019: Um recorte de gênero" (REDE MULHER EMPREENDEDORA, 2019), realizada pela Rede Mulher Empreendedora (RME), revelam que o perfil típico das empreendedoras no Brasil é de mulheres na faixa dos 30 aos 39 anos, com ensino superior completo, casadas e com filhos. Quando se trata de motivação para empreender, as mulheres mencionam a maior flexibilidade de horários, frequentemente associada à maternidade e aos cuidados com a família, enquanto os homens destacam a possibilidade de aumentar a renda e alcançar crescimento profissional.

Nesse contexto, Lages *et al.* (2014) destacam as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para se inserirem nesses espaços. Além dos desafios ligados ao seu gênero,

como a responsabilidade pela manutenção da casa, cuidados com o marido e filhos, entre outras expectativas impostas, elas também enfrentam dificuldades para obter rentabilidade em seus negócios devido à desconfiança do mercado.

Já Rodrigues, Padilla e Malheiros (2011) afirmam que as mulheres no mercado empreendedor ainda enfrentam menor destaque em comparação aos homens, devido à crença generalizada de que são mais propensas ao insucesso e à desconfiança em relação ao gênero. Os autores afirmam, ainda, que esse cenário é especialmente evidente no setor financeiro, onde elas não têm o mesmo acesso a grandes empréstimos e outras facilidades que os homens conseguem, logo, essas barreiras acabam desestimulando muitas mulheres a se aventurarem nesse setor.

Diante do contexto exposto, torna-se evidente como o incentivo ao empreendedorismo feminino é crucial para a conquista da autonomia e da independência financeira de muitas mulheres. No entanto, elas ainda enfrentam inúmeras dificuldades e obstáculos ao tentar ingressar no mercado. Essas informações, portanto, tornam-se indispensáveis, uma vez que o empreendedorismo feminino será promovido por meio de uma loja colaborativa, integrada ao programa de necessidades da edificação em questão.

## **2.3 Loja Colaborativa**

Conforme descrito pelo Portal SEBRAE, a economia colaborativa (também chamada de economia compartilhada ou em rede) reflete a compreensão de que, diante do agravamento dos problemas sociais e ambientais, a divisão de recursos deve substituir o acúmulo. Exemplos disso são empresas como *Airbnb* e *Uber*, que incentivam e promovem o compartilhamento de serviços e bens. Nesses casos, os prestadores de serviços compartilham seus imóveis ou carros com os usuários por meio dos aplicativos, obtendo ganhos financeiros em troca.

Baseando-se nos princípios da economia colaborativa, como aponta o SEBRAE, as lojas colaborativas apresentam uma solução vantajosa para pequenos empresários. Esses empreendedores podem dividir custos, utilizar canais de divulgação conjuntos e, assim, conquistar e fidelizar clientes, fortalecendo suas marcas, sem arcar integralmente com as despesas de manter um negócio próprio.

Uma loja colaborativa é, portanto, um espaço físico compartilhado, onde pequenos comerciantes podem vender seus produtos e serviços diretamente ao público e

devido à partilha de recursos, esse modelo de negócio demanda um menor investimento financeiro, tanto para sua implantação como para sua manutenção ao longo do tempo (SEBRAE). Esses estabelecimentos geralmente oferecem uma variedade de produtos, abrangendo segmentos como vestuário, presentes, artesanato, artigos de decoração, utensílios domésticos, entre outros. Cada empreendedor utiliza uma área designada para expor suas mercadorias, que pode ser desde um stand completo até uma simples prateleira. Tem-se observado, ainda de acordo com o SEBRAE, uma tendência para lojas colaborativas especializadas, voltadas a nichos específicos, como, por exemplo, artigos infantis, que incluem roupas, brinquedos, enxovals e outros itens voltados para crianças.

O SEBRAE também destaca a existência de dois modelos principais de locação em lojas compartilhadas: o expositor fixo e o expositor flutuante. No caso do expositor fixo, o empreendedor estabelece um compromisso mais longo, pagando uma taxa mensal e uma porcentagem de seu faturamento, conforme estipulado em contrato. Já o expositor flutuante aluga um espaço temporário, sem taxas fixas, pagando apenas uma porcentagem dos lucros gerados durante o período em que atua na loja, funcionando assim como uma opção de teste para o empresário.

Nesse cenário, surge o Instituto Negralinda na cidade do Recife, fomentando, em parceria com o SEBRAE, a economia colaborativa na Ilha de Deus, região conhecida por sua economia pesqueira. A instituição é privada sem fins lucrativos, com foco em responsabilidade social, que apoia negócios colaborativos e tem como objetivo, segundo sua página *online*, sensibilizar, capacitar e incentivar mulheres de comunidades locais a adotarem práticas empreendedoras, criativas e de inovação social. Já a sua missão é “empoderar mulheres, transformando-as em protagonistas de suas próprias histórias através do empreendedorismo colaborativo, criativo e de impacto social nos territórios”.

Para isso, uma das muitas medidas tomadas foi a criação de uma loja colaborativa, que funciona presencialmente e *online*, com nicho especializado em artesanatos feitos pelas mulheres da ilha, principalmente através de materiais como conchas de Marisco e Sururu, provenientes da pesca local. De acordo com o coordenador dos projetos sociais do Instituto Negralinda, o requisito para que as mulheres utilizem o espaço da loja é a participação nas oficinas e cursos que serão oferecidos pelo instituto, em colaboração com parceiros, colaboradores e patrocinadores.

Segundo informações disponibilizadas pela instituição, a atuação do projeto deixou de ser limitada à cidade do Recife e do ano de 2021 ao ano de 2024, foram 1330

mulheres atendidas e 6650 pessoas impactadas pelo projeto, atingindo mais 12 municípios de Pernambuco com o apoio de outras 15 instituições parceiras.

Como informado anteriormente, uma das estratégias implementadas no anteprojeto do edifício, para a contribuição da retomada da autonomia, principalmente financeira, será a criação de uma loja colaborativa. O espaço funcionará como uma incubadora de novos negócios, onde as vítimas recebidas poderão se tornar microempreendedoras e adquirir uma nova fonte de renda.

### **3 ESTUDOS DE REFERÊNCIA**

Neste capítulo, além de efetuar uma avaliação crítica de projetos arquitetônicos e instituições destinados a mulheres em situação de violência doméstica, busca-se identificar aspectos e soluções que possam ser ajustados e integrados ao anteprojeto proposto.

#### **3.1 Estudos de Referência Direta**

Utilizado como referência direta no estudo em questão, o Centro de Referência Clarice Lispector (Figura 4) funciona na capital de Pernambuco e é um dos 8 Centros Especializados de Atendimento às Mulheres existentes na Região Metropolitana do Recife, de acordo com informações disponibilizadas pela Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco.

Figura 4 – Fachada principal do Centro de Referência Clarice Lispector



Fonte: Prefeitura do Recife, 2021

Situado no bairro de Santo Amaro, o espaço é responsável pelo atendimento gratuito e acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica e/ou sexista. A instituição, que segundo sua coordenadora Jaciara Campos, é de responsabilidade da Secretaria da Mulher da Prefeitura do Recife, recebe toda e qualquer mulher que buscar

ajuda em sua sede, atendendo às vítimas de violência doméstica e, também, encaminhando às instituições adequadas aquelas que sofrem de outro tipo de vulnerabilidade.

Ao procurar o Clarice Lispector, essas vítimas e seus filhos podem contar com uma equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, advogadas, psicólogas, educadoras sociais e arte educadoras. Além disso, para o funcionamento pleno do Centro, guardas municipais também trabalham no espaço, além de uma equipe administrativa, uma de serviços gerais e uma de motoristas, responsáveis pelo deslocamento das vítimas atendidas pela instituição.

Atualmente, o Centro Clarice Lispector funciona em uma casa antiga, de tipologia residencial, adaptada para receber o novo uso, que possui cerca de 526,15m<sup>2</sup> e conta com 2 pavimentos. Em visita à instituição, onde não são permitidos registros fotográficos, foi constatada, no pavimento térreo, a existência de 1 recepção, 2 banheiros, 2 salas de primeiro atendimento, onde acontece o primeiro contato da vítima com as assistentes sociais do centro, 3 salas para atendimento psicológico, 1 quarto de alojamento provisório para mulheres e seus filhos, com capacidade de receber cerca de 2 vítimas por vez, 1 copa, compartilhada entre funcionárias e vítimas, 1 despensa, 1 área de serviço e 1 espaço de descanso e convivência para os funcionários da guarda municipal.

Já o segundo pavimento da edificação, abriga principalmente as salas de trabalho das equipes de atendimento, contendo mais 2 banheiros, 1 coordenação, 1 sala para a equipe de psicologia, 1 para serviço social, 1 para o setor jurídico, 1 gerência geral e 1 espaço para a Brigada Maria da Penha, equipe da guarda municipal que fica no centro à espera de chamadas. No andar existe, ainda, 1 sala de reunião, 1 terraço/fumódromo e 1 espaço de convivência, que também podem ser acessados por mulheres em atendimento.

De acordo com Jaciara, apesar da casa não ter sido projetada para esse uso, ela atende bem às necessidades da instituição, mas um espaço maior é sempre desejável. Em conversa, a coordenadora acrescentou, ainda, que todos os espaços de atendimento às mulheres funcionam no pavimento térreo devido à difícil acessibilidade ao 1º andar, que acontece exclusivamente através de uma escada estreita e helicoidal, logo seria uma barreira para vítimas com dificuldades de mobilidade.

Quanto ao alojamento provisório, não existe um limite de tempo máximo estabelecido para a permanência das mulheres acolhidas nesse espaço, mas essas permanecem no local apenas pelo tempo necessário para que seus deslocamentos sejam organizados, seja para a casa de algum conhecido, que more no Recife ou em outras

cidade, ou para instituições especializadas em abrigo, caso essas vítimas não tenham outra opção de moradia.

A arquitetura do Centro de Referência Clarice Lispector reflete, portanto, os desafios encontrados por várias instituições públicas, que são alocados em edificações preexistentes, não projetadas para esses usos. Com 526,15m<sup>2</sup> distribuídos em dois pavimentos, o espaço cumpre sua função, mas apresenta limitações significativas, como a acessibilidade restrita ao pavimento superior, acessado apenas por uma escada helicoidal, o que dificulta o uso por pessoas com mobilidade reduzida.

O programa de necessidades é bem acomodado no térreo, onde se encontram os principais espaços de atendimento, embora a capacidade de alojamento provisório seja limitada a apenas duas vítimas por vez. A estrutura também abriga funções administrativas e de suporte à segurança, como o espaço dedicado à Brigada Maria da Penha.

Logo, é nítido, que apesar de atender às demandas básicas da instituição, um projeto arquitetônico específico e um espaço maior são necessários para oferecer conforto, acessibilidade universal e flexibilidade para o crescimento das atividades realizadas no centro. Dessa forma, o Centro Clarice Lispector será de grande valia para o estudo, principalmente como referência para o programa de necessidades do centro de atendimento que será alocado no térreo da edificação em desenvolvimento.

### **3.2 Estudos de Referência Indireta**

#### **3.2.1 Casa da Mulher Brasileira**

A Casa da Mulher Brasileira (Figura 5) faz parte do Programa Mulher Viver Sem Violência, iniciativa do Ministério das Mulheres, do Governo Federal, e consiste em um espaço voltado para o atendimento multidisciplinar de mulheres em situação de violência doméstica, estando presente em 10 estados do país.

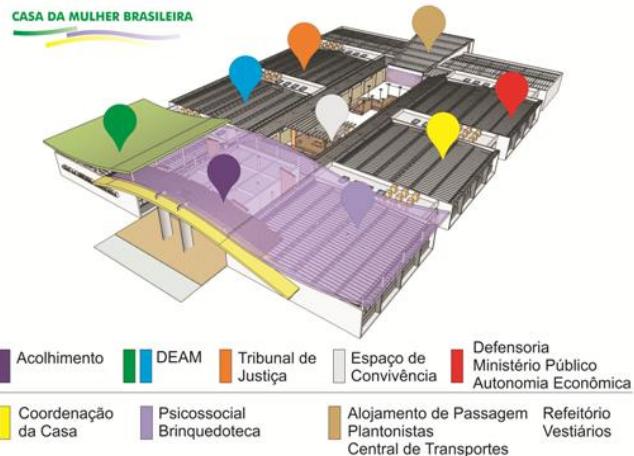
Figura 5 – Fachada principal da Casa da Mulher Brasileira em Brasília



Fonte: Portal Gov.br, 2015

O espaço, segundo o Ministério das Mulheres, funciona 24 horas por dia possui um zoneamento amplo (Figura 6) e oferece os seguintes serviços especializados: acolhimento e triagem, que consiste no primeiro contato das vítimas com o espaço; apoio psicossocial, como forma de auxílio na superação da violência e no resgate da autonomia; central de transportes, responsável pelo deslocamento das vítimas para outros serviços da rede de atendimento; alojamento de passagem, que recebe as mulheres por, no máximo, 24 horas; serviços de saúde, com atendimentos de urgência e acompanhamento médico; promoção da autonomia econômica, ofertando educação financeira, qualificação e inserção no mercado de trabalho e brinquedoteca, que recebe crianças de até 12 anos, enquanto suas mães são atendidas. Além desses, a Casa da Mulher Brasileira (CMB) ainda conta com serviços especializados de delegacia da Polícia Civil, juizados e varas, Promotoria do Ministério Público, Defensoria Pública.

Figura 6 – Zoneamento Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Portal Gov.br, 2015

Partindo para o âmbito da arquitetura, a Casa da Mulher Brasileira possui um projeto base que possibilita a adaptação a cada terreno, utilizando como sistema construtivo a alvenaria estrutural, e possuindo uma coberta com forma ondulada e um pátio interno de convivência (Figura 7), que conecta todos os setores de atendimento. Todas as unidades da CMB, portanto, seguem o mesmo projeto, contando apenas com alterações para se adequar a cada lote, sem adaptações, entretanto, às condições climáticas e culturais de cada região, por exemplo.

Figura 7 – Pátio interno da CMB em São Paulo.



Fonte: Prefeitura de São Paulo, 2019.

Pode-se afirmar, portanto, que a criação de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira desempenha um papel fundamental no apoio e combate à violência contra as mulheres. No entanto, o projeto apresenta algumas limitações arquitetônicas, resultado de sua padronização (Figura 8), que não considera de forma adequada as características específicas de sua localização e do entorno onde está inserido.

Figura 8 – Vista aérea Casas da Mulher Brasileira



Fonte: Google Earth – Editado pela autora, 2025.

A Casa da Mulher Brasileira, portanto, além de ser uma inspiração de iniciativa inovadora para o combate à violência de gênero, será importante para compor, também, o programa de necessidades do centro de atendimento que ocupará um dos espaços no térreo da edificação proposta, além de servir como inspiração para a criação do pátio comunitário.

### 3.2.2 Conjunto Habitacional do Jardim Edite

O Conjunto Habitacional Jardim Edite (Figura 9), projetado pelos escritórios MMBB Arquitetos e H+F Arquitetos, é um exemplo de projeto de interesse social que é, ao mesmo tempo, integrado ao contexto urbano de seu entorno. De acordo com informações disponibilizadas pelo *Archdaily* e pelo blog de Lia Soares, localizado no

Brooklin, São Paulo, o projeto requalifica uma área que antes abrigava a favela Jardim Edite. A idealização de um conjunto habitacional teve o intuito de manter os moradores originais no local, integrando-os às novas dinâmicas empresariais e do setor financeiro ao seu redor.

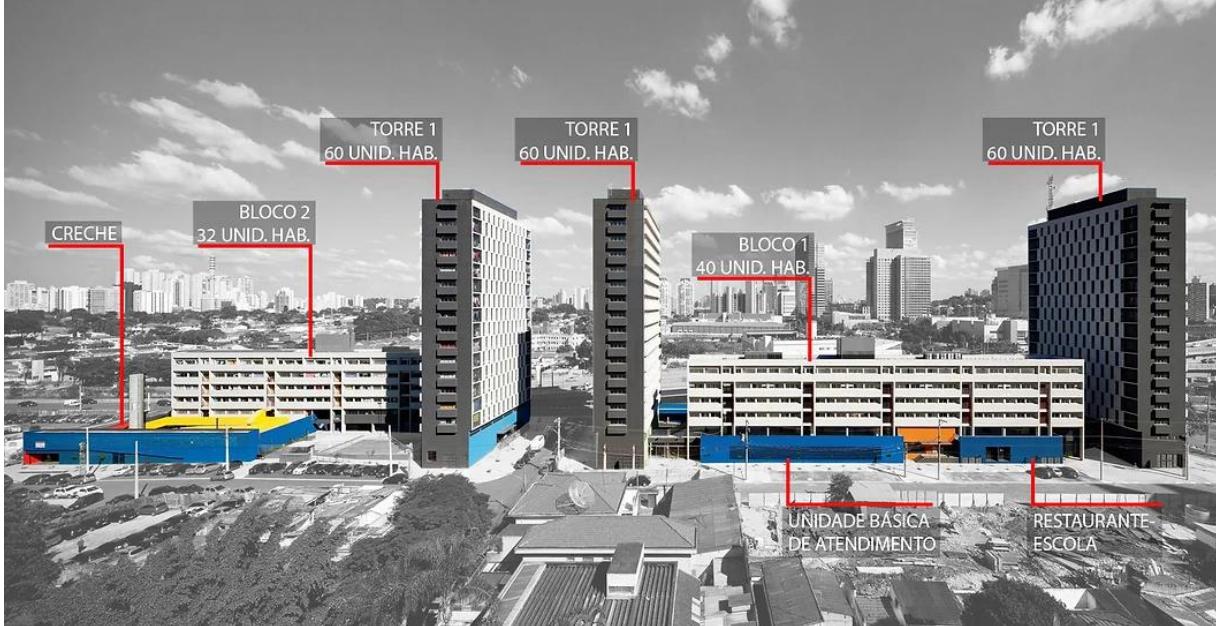
Figura 9 – Conjunto Habitacional Jardim Edite.



Fonte: Archdaily, 2019.

Para isso, o conjunto é formado por três torres residenciais e duas lâminas de quatro pavimentos, que, além de terem residências nos andares superiores, recebem, em suas bases, três equipamentos públicos, sendo esses um restaurante-escola, uma Unidade Básica de Saúde (UBS) e uma creche (Figura 10). Esse último uso, voltado ao atendimento do público infantil, dialoga diretamente com um dos usos escolhidos para o projeto idealizado nesse trabalho.

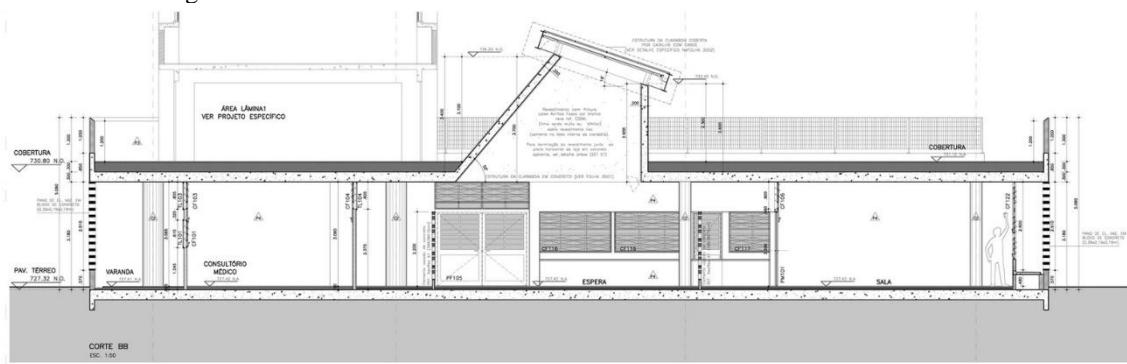
Figura 10 – Disposição de usos do Conjunto Habitacional Jardim Edite.



Fonte: Blog de Lia Soares, 2020.

É importante ressaltar, ainda, que todos esses equipamentos são abertos ao público, de forma que garantem uma convivência entre os moradores do conjunto e a população que utiliza seu entorno. Por último, como estratégia de iluminação natural e ventilação, foi adotado nos equipamentos públicos, o uso de claraboias (Figura 11).

Figura 11 – Corte da Unidade Básica de Saúde com claraboia em evidência.



Fonte: Archdaily, 2019.

Além disso, foram criadas nos lotes calçadas largas e os grandes recuos, com bolsões de estacionamento que podem ser utilizados por todos. Apesar de toda a integração, os espaços residenciais possuem acessos separados, garantindo a segurança e a maior privacidade dos moradores do conjunto. A área comum de lazer foi alocada sobre

a laje dos equipamentos públicos, conectando os edifícios residenciais e proporcionando um pátio de convivência e permanência (Figura 12).

Figura 12 – Pátio de Convivência.



Fonte: Archdaily, 2019.

O Jardim Edite exemplifica, portanto, como a combinação de usos, a atenção às demandas locais e a busca por integração urbana fazem um projeto que se torna referencial importante para abordagens inovadoras. O projeto serviu como uma importante referência projetual para a concepção das lojas colaborativas e da creche na edificação proposta, pois a forma como ele promove a interação com o seu entorno inspirou a criação das lojas colaborativas, que têm o objetivo de fortalecer a conexão entre a edificação e a população da Várzea. Além disso, a organização da creche no Jardim Edite, ainda que aberta ao público, serviu como base para a definição do programa de necessidades da creche do projeto em desenvolvimento, que será exclusiva para os filhos das moradoras, garantindo suporte e segurança às mães enquanto trabalham e se reestruturam.

### 3.2.3 Residencial Corruíras

O Residencial Corruíras (Figura 13), criado para realocar os moradores de uma ocupação irregular da Favela Minas Gerais, no bairro de Jabaquara, em São Paulo, é uma habitação de interesse social, projetada pelo escritório Boldarini Arquitetos, a partir de

uma iniciativa da Secretaria Municipal de Habitação e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Figura 13 – Residencial Corruíras.



Fonte: Boldarini Arquitetos, 2013.

De acordo com informações disponibilizadas no site do escritório, o conjunto possui uma área construída de 21.404 m<sup>2</sup>, sendo 244 unidades residenciais, implantadas em 2 blocos (Figura 14), que, tomando o desnível do terreno como partido, são escalonados e possuem níveis diferentes no térreo. Um dos blocos possui 7 pavimentos e acesso pela via superior, enquanto o outro possui 9 pavimentos e é acessado pela via inferior, de forma que a cobertura das duas unidades termina no mesmo nível.

Figura 14 – Implantação Residencial Corruíras.



Fonte: Boldarini Arquitetos, 2013.

No conjunto, foi atribuída uma grande valorização à circulação horizontal dos pavimentos, com a presença de passarelas que funcionam como um espaço de encontro e convivência para os moradores. Já nas fachadas são utilizados elementos estratégicos, como cobogós e esquadrias de vidro atreladas a painéis em veneziana, que permitem a ventilação e filtram a entrada de iluminação natural (Figura 15). Além disso, todas as unidades habitacionais contam com uma pequena varanda, que são voltadas ou para o pátio interno dos conjuntos, ou para as vias que circundam o terreno.

Figura 15 – Destaque circulação horizontal e elementos de fachada



Fonte: Boldarini Arquitetos, 2013

Por último, o residencial conta com espaços complementares à moradia que, além dos pátios internos de convivência, são espaços de uso comum entre os moradores dos dois blocos, como espaços de lazer, recreação e estudos (Figura 16). Esses são grandes responsáveis, portanto, pela integração e pela manutenção do senso de comunidade existente entre a população realocada.

Figura 16 – Sala comunitária de leitura/estudos.



Fonte: Boldarini Arquitetos, 2013.

O residencial, portanto, é utilizado em diversos aspectos como referência para a elaboração do projeto em discussão. O primeiro deles é a valorização da circulação horizontal de cada um dos andares, que se torna um espaço de convivência para as moradoras. Outro ponto, é a criação de ambientes complementares à moradia, que no caso do residencial da várzea, serão uma cozinha, uma lavanderia e um estar comunitários. Além disso, a volumetria do Residencial Corruíras também serviu de inspiração para o projeto, que adota um formato de “U”. Por último, todos os apartamentos da edificação em desenvolvimento também possuem varandas, que, assim como no Corruíras, são voltadas ou para o pátio interno, ou para os lotes vizinhos ao prédio.

## **4 CONDICIONANTES DO PROJETO**

Neste capítulo, são abordados os fatores relacionados ao lote escolhido, que condicionam a idealização do projeto, separando-os, portanto, em 3 subtópicos: Área de intervenção; Terreno – Situação, Dimensões, Topografia, Vegetação, Condicionantes climáticos e Condicionantes urbanísticas/legislativas.

### **4.1 Área de Intervenção**

Bairro localizado na região oeste do Recife e reconhecido por seu ambiente bucólico e atividade econômica, a Várzea oferece uma variedade de serviços comerciais que atendem a grande parte das necessidades de seus moradores, incluindo mercados de pequeno e médio porte, armazéns de construção, lanchonetes, farmácias, entre outros. Um ponto de destaque no comércio local é a Feira da Sulanca, realizada todas as quintas-feiras ao longo do dia, no final da Avenida Afonso Olindense, próximo ao lote destinado ao projeto, com foco na venda de roupas, sendo, portanto, um espaço propício a receber a loja colaborativa que estará presente no pavimento térreo da edificação, já que diversos clientes em potencial já são atraídos ao local.

A Várzea possui, ainda, diversos equipamentos públicos necessários para o estabelecimento de uma rotina para essas mulheres e seus familiares (Figura 17), todos localizados a um raio de 700m do lote escolhido. Um desses é a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que se situa à sua margem e traz uma nova dinâmica ao bairro, não apenas como um centro de ensino, mas também devido ao processo de migração que ocorre com a chegada de diversos estudantes, professores e funcionários que se mudam para a região devido à vida acadêmica. A região conta, ainda, com escolas de ensino infantil, fundamental e médio e instituições de apoio como o Educandário Magalhães Bastos, o Gris – Espaço Solidário e o Lar Fabiano de Cristo.

Aprofundando na atuação dessas instituições, que atendem especificamente a um público em situação de vulnerabilidade socioeconômica de forma gratuita, é destacado inicialmente o trabalho do Educandário, que é responsável pelo acolhimento de crianças, oferecendo ensino complementar no contra turno escolar. Já o Gris atua atendendo famílias, com foco em crianças e adolescentes com até 15 anos e suas mães, através de serviços e atividades terapêuticas. Por último, o Lar Fabiano de Cristo é uma instituição educativa que desenvolve projetos e atividades para todas as faixas etárias, como oficinas

de esportes e lazer, artes e cultura, programa de educação alimentar e nutricional e cursos de aprendizagem profissional. A vizinhança também conta com outros equipamentos públicos, como uma Unidade de Saúde da Família, com funcionamento 24 horas, uma Área Integrada de Segurança e uma Academia da Cidade, localizada na Praça Pinto Dâmaso.

Figura 17 – Entorno imediato do lote escolhido



Fonte: Autora, 2025.

O bairro é, ainda, amplamente atendido pelo transporte público, estando situado entre grandes Terminais Integrados (TI) de passageiros da Região Metropolitana do Recife, como o TI Camaragibe, TI Macaxeira, TI Barro e TI Caxangá. Em seu território funciona o TI CDU (Cidade Universitária) e a rodoviária da cidade do Recife, a segunda maior do Brasil e uma das maiores da América Latina, que também é integrada ao sistema de metrô local, através da Estação Rodoviária, facilitando o acesso aos principais bairros. Existe, ainda, a estação de metrô Cosme Damião, também no bairro da Várzea. Por último, o principal logradouro do bairro, a Avenida Afonso Olindense, possui uma ciclofaixa por toda a sua extensão, circundando a Praça da Várzea e conectando a Avenida Caxangá à UFPE.

A Várzea também se destaca culturalmente, abrigando a Oficina de Cerâmica e o Instituto Ricardo Brennand. Além disso, ao longo do ano, diversas manifestações artísticas acontecem no bairro, muitas vezes utilizando a Praça Pinto Dâmaso, mais conhecida como Praça da Várzea. Antes do Plano Diretor de 2020, a Zona Especial de Proteção Patrimonial (ZEPP) da Várzea tinha como limite a Igreja Nossa Senhora do Rosário, a Igreja de São Sebastião, o casario e seu pátio. No entanto, com o Plano Diretor mais recente, a área da Praça da Várzea e os casarios próximos a ela foram incluídos nessa ZEPP, buscando uma correção histórica e ampliando a área de preservação.

Além disso, há no local a presença de Imóveis Especiais de Preservação (IEP), regulamentados pela Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) N°16.176/96, que têm o objetivo de proteger o patrimônio arquitetônico de épocas passadas. O bairro da Várzea também atrai a atenção do mercado imobiliário, pois é uma área em expansão na cidade do Recife e, de acordo com dados da LUOS, várias áreas do bairro apresentam potencial para crescimento urbano. Além disso, a região conta com cinco Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são: Brasilit, Campo do Banco, Rosa Selvagem, Sítio Wanderley e Vila Arraes.

Por fim, de acordo com informações disponibilizadas pela Prefeitura do Recife, o bairro da Várzea possui uma área territorial de 2.255 hectares, abrigando uma população residente de 70 mil habitantes, aproximadamente, e possuindo uma distribuição populacional por sexo de 46,66% de homens e 53,34% de mulheres. Quanto à faixa etária, 51,07% da população tem entre 25 e 59 anos e em termos de cor ou raça, 52,25% se declara parda, enquanto 38,02% se declara branca. A taxa de alfabetização da população acima de 10 anos é de 93,2% e existem cerca de 21 mil residências na Várzea, com uma média de 3,2 moradores cada. Por último, as mulheres são responsáveis por 46,84% dos

domicílios e o rendimento nominal médio mensal por residência é de R\$ 2.049,33, significando que cada morador recebe, em média, R\$640,41 mensais, o que consiste em menos da metade de um salário mínimo.

## **4.2 Terreno – Situação, Dimensões, Zoneamento**

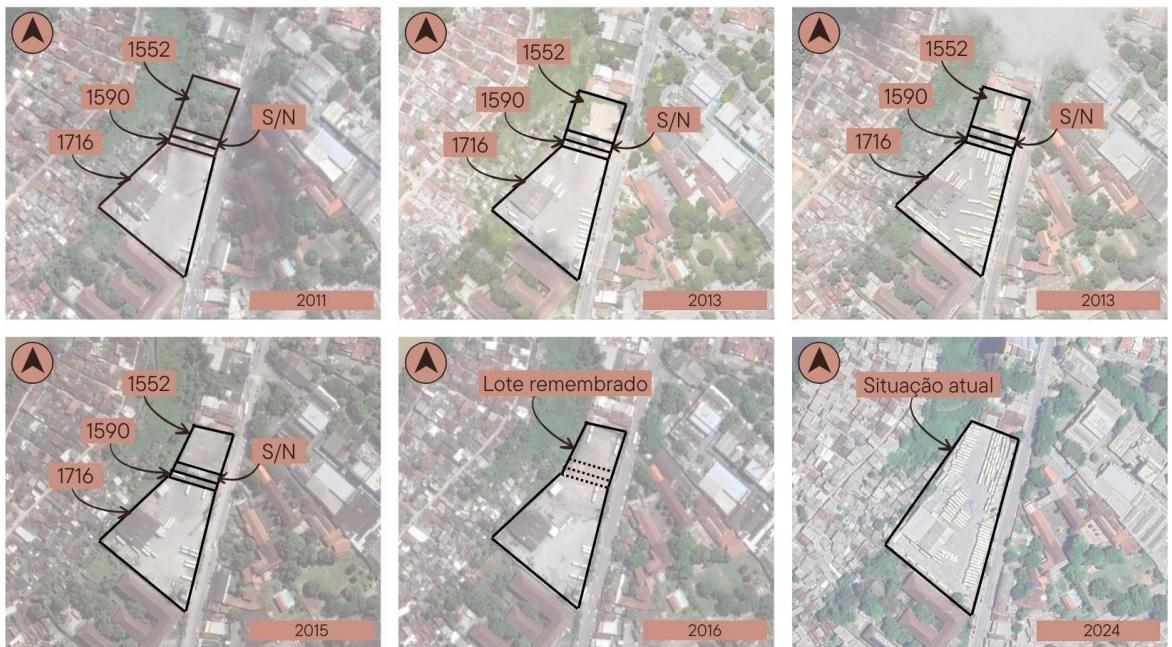
O terreno escolhido para receber a edificação de uso misto está localizado na Avenida Afonso Olindense, logradouro principal do bairro da Várzea, no trecho em frente ao Colégio Mazzarello. Inicialmente, para melhor entendimento do espaço, faz-se necessário contextualizar e explicitar as mudanças que aconteceram no espaço ao longo dos anos.

Como ponto de partida, no ano de 2011, de acordo com imagens fornecidas pelo *Google Earth*, o espaço do lote 1552 estava sem uso, completamente ocupado por árvores de grande porte, enquanto o lote sem número (S/N) e o lote 1590 eram densamente povoados. Já em 2013, o 1552 aparece, inicialmente, ainda sem uso e sem a maioria de sua vegetação original, com solo areoso, possuindo apenas uma pequena faixa de vegetação rasteira e algumas árvores próximas à calçada.

Ao longo do ano, as imagens começam a mostrar que o lote passa a ser utilizado para estacionar ônibus, sendo ocupado pela mesma empresa que já ocupava o lote de número 1716, a Mobi-PE. Já os terrenos vizinhos a ele continuam povoados. A partir do ano de 2015, o lote 1552 é visto sem nenhum resquício de vegetação, mas os lotes 1590 e o lote S/N permanecem iguais.

Chegando em 2016, os terrenos citados acima aparecem totalmente incorporados ao lote número 1716, que já era ocupado pela Mobi-PE, e passam a funcionar como estacionamento para ônibus da empresa. Para isso, as edificações do lote N°1590 e do lote S/N foram demolidas. Por último, com a imagem do ano de 2024, é demonstrada a situação atual do espaço, que foi completamente pavimentado e não apresenta nenhuma área de solo natural e com vegetação, tornando-se um lote planificado (Figura 18).

Figura 18 – Processo de remembramento



Fonte: Autora, 2025.

Logo, o terreno em questão, escolhido para receber a edificação de uso misto, está localizado na Avenida Afonso Olindense, sendo resultante da separação dos lotes de número 1552, 1590 e do lote sem número, existente entre eles, do lote número 1716, totalizando uma área de aproximadamente 3.400m<sup>2</sup> (Figura 19).

Figura 19 – Situação proposta



Fonte: Autora, 2025.

Sua face frontal está direcionada para sudeste, o que proporcionará à edificação uma condição privilegiada para recebimento de ventilação cruzada e de iluminação natural provenientes do sol nascente. Em contrapartida, a face sudoeste do lote está completamente exposta ao sol da direção poente, fazendo com que essa fachada seja a menos privilegiada da edificação proposta (Figura 20). Para a proteção contra essa insolação é necessária a implementação de elementos de sombreamento, como brises, assim como a alocação prioritária de ambientes de menor permanência para esse lado do prédio, como os espaços de circulação dos pavimentos.

Figura 20 – Recorte 01 (lote a ser trabalhado) com insolação e ventilação



Fonte: Autora, 2025.

Além disso, por estar a uma distância de aproximadamente 200m do Rio Capibaribe, o terreno situa-se em uma Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS), a ZDS Capibaribe, que corresponde a uma área de influência da rede hídrica principal e secundária que adentram o espaço urbano do Recife. Graças a essa proximidade, com o rio e com a região de mata próxima a ele, as características climáticas do lote são amenizadas, quando comparadas a outras regiões da cidade.

O conjunto atual, no entanto, não atende às diretrizes estabelecidas para as ZDS, que serão detalhadas em seguida. Dessa forma, é proposto o desmembramento do terreno de número 1552, 1590 e do lote S/N, para que, juntos, adquiram um uso que cumpra com essas diretrizes, estipuladas pelo Plano Diretor do Recife.

#### **4.3 Condicionantes urbanísticas/ legislativas**

O lote escolhido para receber o projeto, como dito anteriormente, está situado na Zona de Desenvolvimento Sustentável Capibaribe, uma subdivisão da Macrozona do Ambiente Natural e Cultural (MANC) da cidade do Recife.

A Zona de Desenvolvimento Sustentável tem diretrizes que visam promover padrões sustentáveis de ocupação. Essas diretrizes incluem a coexistência de usos múltiplos no território, fachadas ativas, o incentivo ao adensamento populacional ou construtivo associado a uma maior integração entre os espaços públicos e privados, além da conservação, de áreas permeáveis por meio de soluções de infraestrutura verde para adaptação climática. No Recife, existem quatro Zonas de Desenvolvimento Sustentável, uma delas sendo a ZDS Capibaribe, zona na qual o terreno escolhido para o desenvolvimento desse projeto está inserido.

Na zona Capibaribe, o coeficiente de aproveitamento mínimo é 0,1, o básico 1,0 e o máximo 2,0 e a taxa de solo natural mínima varia de 30 a 50%, sendo vigente o valor de 30% no terreno em questão. Já o ajardinamento localizado no recuo frontal, que, em geral, precisa ter solo natural com vegetação em, no mínimo, 70% de sua área, terá sua obrigatoriedade dispensada para o projeto em discussão, já que a edificação, apesar de ser residencial multifamiliar, será de uso misto com fachada ativa no pavimento térreo, com uso de comércio e serviço com acesso público.

Além disso, por não estar na zona transitória lideira ao Rio Capibaribe, não existe um gabarito máximo definido para as construções na região, fazendo com que essa altura esteja atrelada, portanto, à área de construção que cada projeto poderá alcançar. Com relação aos afastamentos mínimos, os afastamentos iniciais previstos pelo Plano Diretor consistem em 5 metros frontais e 3 metros nas laterais e no fundo do terreno.

Para edificações com mais de 4 pavimentos, é necessário calcular os afastamentos a partir da fórmula disposta pelo Plano Diretor do Recife, em que:

$$Af = Af_i + (n - 4) 0,25$$

$$Al = Al_i + (n - 4) 0,25$$

$$Afu = Al$$

Onde:

n = Número de pavimentos

Af = Afastamento frontal

Al = Afastamento lateral

Afi = Afastamento frontal inicial

Ali = Afastamento lateral inicial

Afu = Afastamento de fundos

Dessa forma, como a edificação em questão terá 7 pavimentos, sendo térreo mais 6, os afastamentos mínimos determinados pela fórmula acima, são de 5,75m frontais e 3,75m nas laterais e no fundo da edificação (Figura 21).

Figura 21 – Recorte 01 (lote a ser trabalhado) com afastamentos



Fonte: Autora, 2025.

Por último, é importante frisar que, de acordo com o artigo 204 do Plano Diretor da cidade do Recife de 2020, é possível fazer a utilização adicional de até 50% da área do potencial construtivo máximo, para áreas não privativas. Além disso, de acordo com o artigo 37, inciso IV, parágrafo 3, são dispensadas do cálculo da área de construção computável os espaços destinados a térreo ativo, logo, a área que receberá as lojas colaborativas e o centro de atendimento à mulher não será computada.

## **5 ESTUDOS PRELIMINARES**

Neste capítulo, são abordados os principais aspectos do estudo preliminar do projeto, divididos em três subtópicos: programa de necessidades, zoneamento e pré-dimensionamento. Estes elementos são essenciais para guiar o desenvolvimento do projeto, garantindo sua viabilidade e adequação às condições legais e ao contexto do terreno.

### **5.1 Programa de Necessidades e Pré-Dimensionamento**

#### **5.1.1 Espaço Habitacional**

O espaço habitacional deste projeto foi planejado para atender mulheres vítimas de violência doméstica e seus filhos, que utilizarão o edifício como abrigo temporário. No pré-dimensionamento (Figura 22) do térreo, são alocados dois halls de entrada com espaço de recepção e espera, além de banheiros e copa para funcionários. Já nos pavimentos tipo, as unidades habitacionais são compostas por estúdios, com capacidade para acomodar até duas pessoas, e unidades com suíte e sala, que podem abrigar, preferencialmente, até três pessoas, ambos com varanda e banheiro individual. Além dos espaços destinados aos apartamentos, serão projetados dois módulos de circulação vertical, assim como um espaço de convivência, uma lavanderia e uma cozinha com copa, sendo, todos esses, ambientes comunitários, possibilitando o uso compartilhado de serviços essenciais.

Figura 22 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento

ESPAÇO HABITACIONAL – ÁREA POR PAVIMENTO	
RECEPÇÃO	30,00m <sup>2</sup>
HALL/ESPERA	45,00m <sup>2</sup>
UNIDADE HABITACIONAL TIPO 01	22 x 20,00m <sup>2</sup>
UNIDADE HABITACIONAL TIPO 02	8 x 30,00m <sup>2</sup>
ESTAR, COZINHA E LAVANDERIA COMUNITÁRIOS	250.00m <sup>2</sup>
CIRCULAÇÃO VERTICAL	2 x 30.00m <sup>2</sup>

Fonte: Autora, 2025.

### 5.1.2 Creche

O espaço de creche foi planejado para acolher os filhos das moradoras, com idades de até 4 anos, oferecendo um ambiente seguro e estimulante. De acordo com seu pré-dimensionamento (Figura 23) setor administrativo contará com um espaço de descanso e copa para os colaboradores, um banheiro exclusivo para a equipe, além de uma cozinha com despensa, destinada ao preparo de refeições tanto para as crianças quanto para os funcionários.

As crianças serão atendidas em salas adequadas à sua faixa etária: duas salas para crianças de 1 a 2 anos, duas para crianças de 2 a 3 anos e duas para crianças de 3 a 4 anos. O espaço também incluirá um fraldário, uma sala de amamentação e um ambiente destinado ao descanso das crianças. Por último, será incorporado um *playground* ao ar livre, proporcionando um espaço para atividades e de lazer externo.

Figura 23 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento

CRECHE	
RECEPÇÃO	20.00m <sup>2</sup>
SALA DE DESCANSO/COPA FUNCIONÁRIOS	20.00m <sup>2</sup>
BANHEIRO FUNCIONÁRIOS	3.00m <sup>2</sup>
COZINHA	20.00m <sup>2</sup>
SALAS INFANTIS	6 x 20.00m <sup>2</sup>
FRALDÁRIO	10.00m <sup>2</sup>
SALA DE AMAMENTAÇÃO	10,00m <sup>2</sup>
SALA DE DESCANSO INFANTIL	20.00m <sup>2</sup>
BANHEIRO INFANTIL	15.00m <sup>2</sup>
PLAYGROUND	60.00m <sup>2</sup>

Fonte: Autora, 2025.

### 5.1.3 Lojas Colaborativas

O espaço das lojas colaborativas, de acordo com seu pré-dimensionamento (Figura 24), será composto por um grande salão, projetado para acomodar expositores de diversos produtos, promovendo a interação entre as moradoras e a comunidade. O ambiente contará com um caixa para realização das transações comerciais, além de um banheiro, garantindo conforto e praticidade para os usuários e colaboradores do espaço. O layout será flexível para permitir a organização dinâmica dos expositores e facilitar o fluxo de clientes e produtos.

Figura 24 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento

LOJA COLABORATIVA – ÁREA POR LOJA	
SALÃO PRINCIPAL	200.00m <sup>2</sup>
CAIXA	3.00m <sup>2</sup>
BANHEIRO	3.00m <sup>2</sup>

Fonte: Autora, 2025.

#### **5.1.4 Centro de Atendimento a Mulheres**

O Centro de Atendimento a Mulheres, de acordo com seu pré-dimensionamento (Figura 25), será composto por uma recepção com sala de espera, oferecendo conforto e privacidade para as usuárias, além de dois banheiros. O centro contará, ainda, com sete salas de atendimento: duas para atendimentos médicos, com especialistas variáveis ao longo das semanas, três para suporte psicológico e jurídico, tanto de advogadas quanto de assistentes sociais às mulheres vítimas de violência doméstica, e duas dedicadas ao atendimento psicológico infantil, para os filhos das mulheres acolhidas.

Também haverá uma grande sala dividida entre ambientes para o departamento de psicologia, o departamento de advocacia e o departamento de assistência social, garantindo espaços exclusivos para o trabalho das profissionais dessas áreas. O projeto incluirá ainda, para as funcionárias, uma copa com espaço de descanso, oferecendo momentos de pausa durante o expediente.

Figura 25 – Pré-dimensionamento Centro de Atendimento

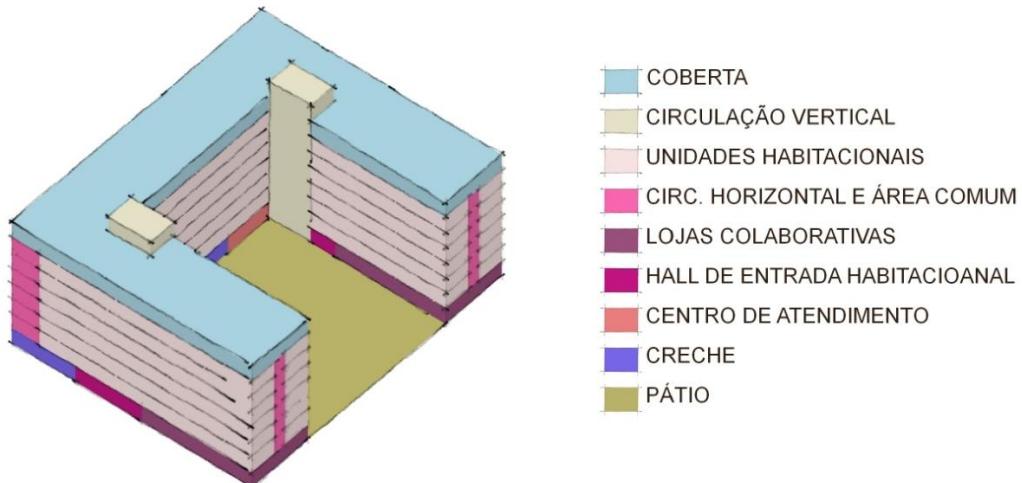
CENTRO DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES	
RECEPÇÃO/SALA DE ESPERA	28.00m <sup>2</sup>
BANHEIRO	3 x 3.00m <sup>2</sup>
CONSULTÓRIO MÉDICO	2 x 14.00m <sup>2</sup>
SALA DE ATENDIMENTO	3 x 7.00m <sup>2</sup>
SALA DE ATENDIMENTO INFANTIL	2 x 9.00m <sup>2</sup>
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA	20.00m <sup>2</sup>
DEPARTAMENTO DE ADVOCACIA	20.00m <sup>2</sup>
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ADMINISTRAÇÃO	20.00m <sup>2</sup>
DESCANSO/COPA	30.00m <sup>2</sup>

Fonte: Autora, 2025.

## 5.2 Zoneamento

Com relação ao zoneamento dos usos proposto para a edificação (Figura 26), a divisão do térreo segue 3 setores principais, o setor frontal, onde são alocadas as duas lojas, o setor central, onde ficam os acessos aos andares residenciais e o setor dos fundos, onde ficam a creche e o centro de atendimento. Para as lojas colaborativas, a ideia é posicionar-las na parte mais próxima à calçada para atrair clientes e, principalmente, dialogar com o comércio local, que já é muito característico no trecho em questão da Afonso Olindense, devido à Feira da Sulanca que acontece semanalmente. Além disso, a movimentação da loja contribui para o aumento da segurança da rua ao trazer um fluxo constante de pessoas.

Figura 26 – Vista frontal zoneamento

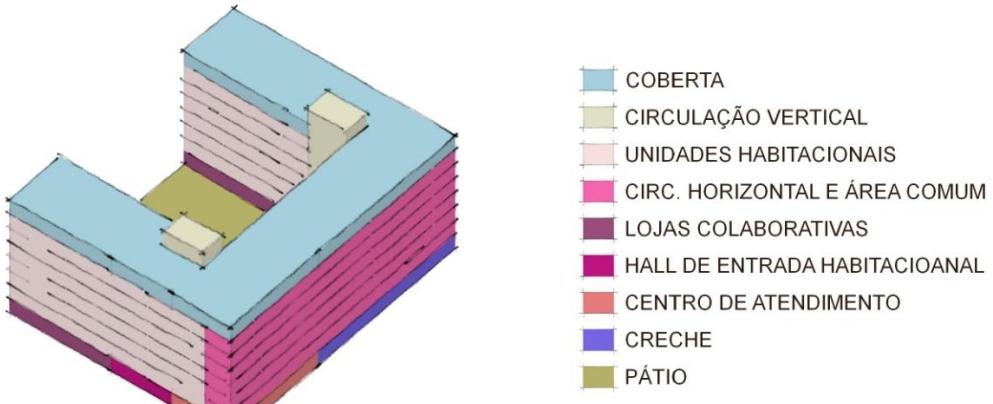


Fonte: Autora, 2025.

Já o centro de atendimento às mulheres e a creche serão posicionadas mais ao fundo da edificação (Figura 27), assegurando privacidade e acolhimento para as vítimas que buscam suporte, assim como um espaço mais silencioso para as crianças da creche, proporcionando um ambiente mais resguardado e distante do acesso principal ao centro. Com relação aos *halls* de entrada, que dão acesso à circulação vertical dos pavimentos residenciais, esses estão localizados entre a primeira loja e a creche, e entre a segunda loja e o centro de atendimento, nos lados esquerdo e direito da edificação, respectivamente.

Nos pavimentos superiores, o intuito é manter as unidades habitacionais nas fachadas mais privilegiadas do prédio, com relação a insolação e ventilação, deixando os espaços comuns mais aos fundos, de forma que sirvam como um espaço de barreira entre o sol poente e os apartamentos.

Figura 27 – Vista posterior zoneamento



Fonte: Autora, 2025.

## 6 A PROPOSTA

Este seguimento se dedica ao desenvolvimento da parte projetual do estudo em questão, expondo o produto obtido após a conclusão de todos os estudos já explicitados anteriormente. Ele se dividirá em 2 subtópicos: Conceito e Partido Arquitetônico e Soluções Projetuais.

### 6.1 Conceito

O conceito deste projeto fundamenta-se na criação de um espaço que vai além do abrigo temporário, contribuindo na promoção da autonomia e na reinserção social das mulheres em situação de violência doméstica. A edificação busca estabelecer um ambiente seguro, acolhedor e funcional, onde a arquitetura não serve apenas como abrigo, mas também estimula a reconstrução da independência das usuárias.

A organização dos espaços visa integrar diferentes funções essenciais, como moradia, trabalho, educação infantil e apoio psicossocial, em uma solução arquitetônica unificada, favorecendo a convivência, o suporte múltiplo e a criação de uma nova rede de apoio.

A relação entre o edifício e seu entorno é projetada para garantir acessibilidade, discrição e, ao mesmo tempo, conexão com a comunidade da Várzea, permitindo que as mulheres atendidas possam reconstruir suas vidas com segurança e dignidade. O desenho

dos espaços considera tanto a privacidade quanto a necessidade de interação, criando uma atmosfera de acolhimento sem comprometer a individualidade.

Dessa forma, a arquitetura se torna uma ferramenta de transformação social, proporcionando um novo começo para aquelas que buscam romper com ciclos de violência e dependência.

## **6.2 Partido Arquitetônico e Soluções Projetais**

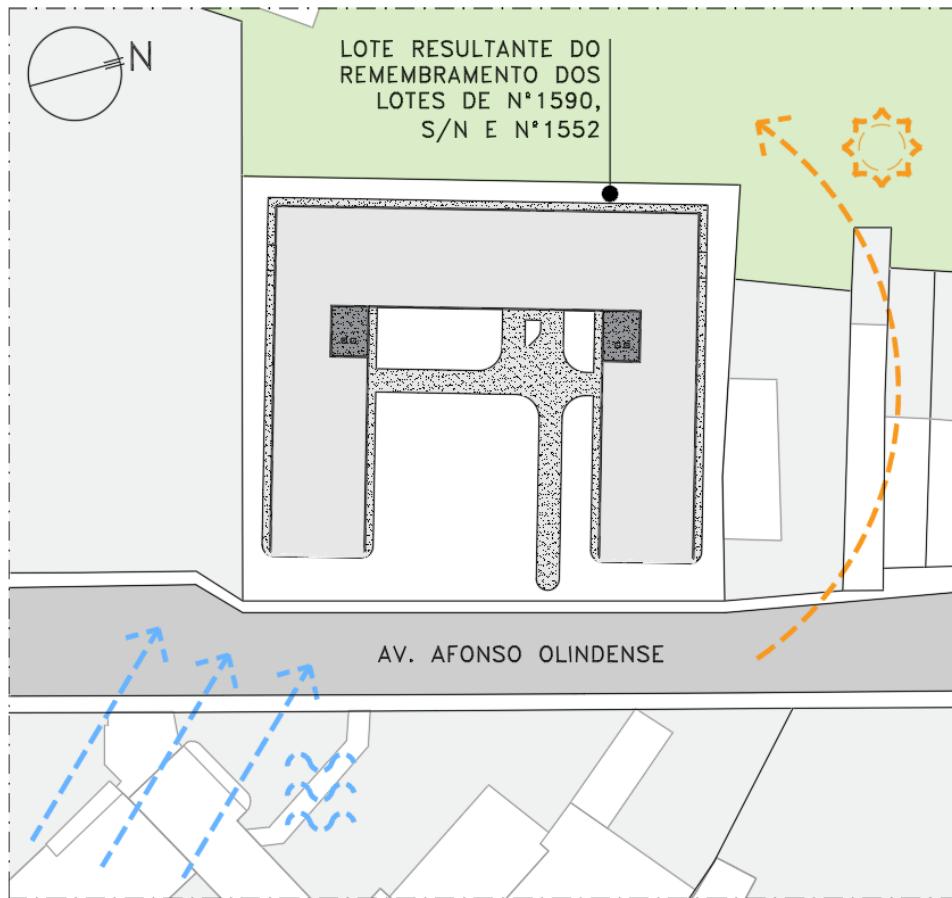
A idealização do projeto teve como ponto de partida a definição dos limites externos da edificação, estabelecidos a partir dos afastamentos mínimos calculados (Figura 21), respeitando as normativas urbanísticas.

Após essa definição, a principal preocupação foi garantir o conforto térmico dentro dos apartamentos, no pavimento tipo, adotando a ventilação cruzada como estratégia essencial e inegociável, já que as unidades habitacionais não são climatizadas.

Dessa forma, alguns critérios foram estabelecidos, como a presença de varandas em todos os apartamentos, não apenas para ampliar o conforto térmico das moradoras, mas para trazer iluminação natural aos apartamentos e conforto psicológico, oferecendo um espaço externo privado, que dialoga diretamente com o bucólico bairro da Várzea. Além disso, a possibilidade de contato com o meio ambiente, mesmo que dentro de casa, mostrou-se essencial para a qualidade de vida, principalmente após a experiência da pandemia de Covid-19. As varandas também contribuem para a salubridade dos ambientes internos, melhorando a circulação do ar e a entrada de luz natural.

A partir disso, pensando na eficiência da edificação, foi adotado o formato de “U” (Figura 28), permitindo que a edificação tenha, na prática, duas fachadas voltadas para a direção predominante dos ventos, potencializando a ventilação natural.

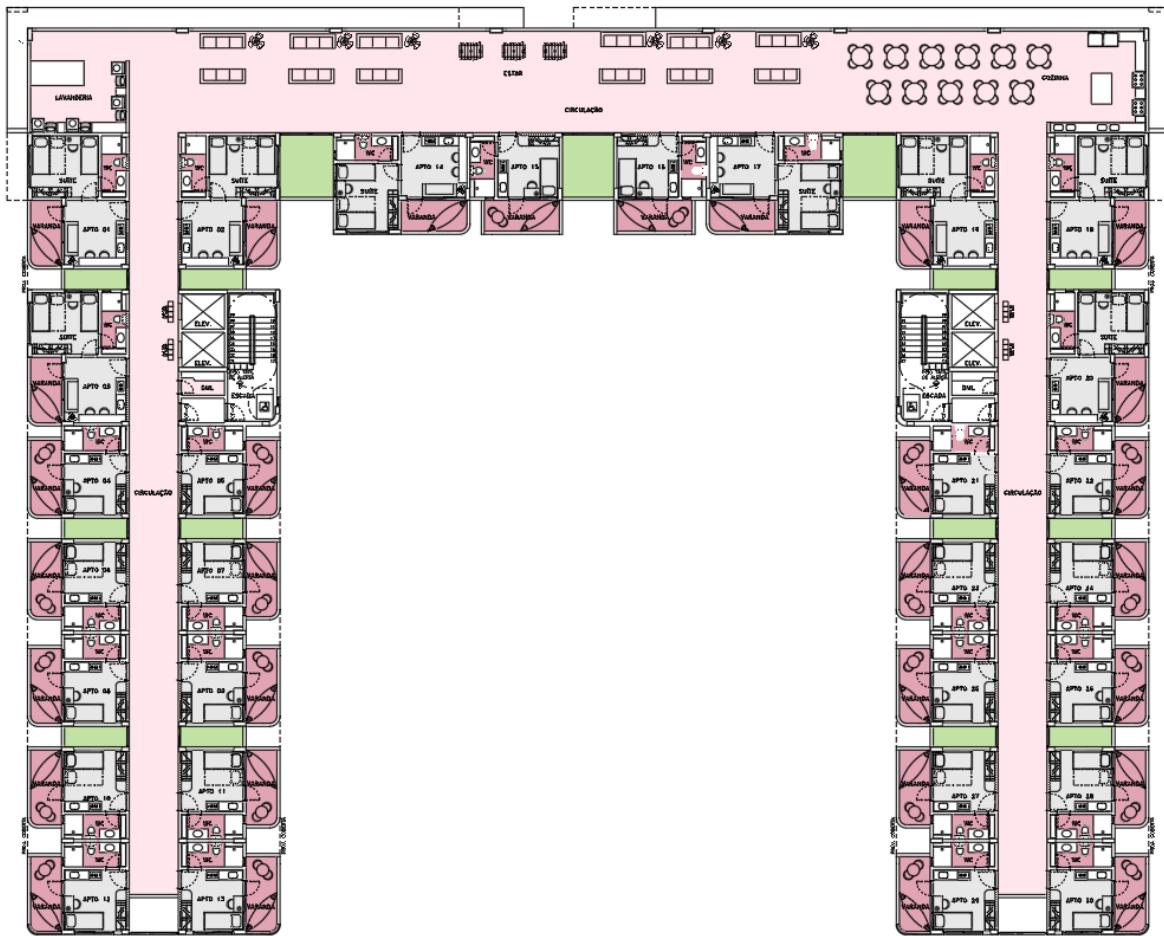
Figura 28 – Alocação edificação



Fonte: Autora, 2025.

O corredor de acesso aos apartamentos foi idealizado para ser amplo, garantindo não apenas a passagem do ar para os apartamentos localizados à direita do corredor, mas também para evitar a sensação de clausura ao caminhar por ele, já que o pavimento tipo (Figura 29) possui uma grande extensão.

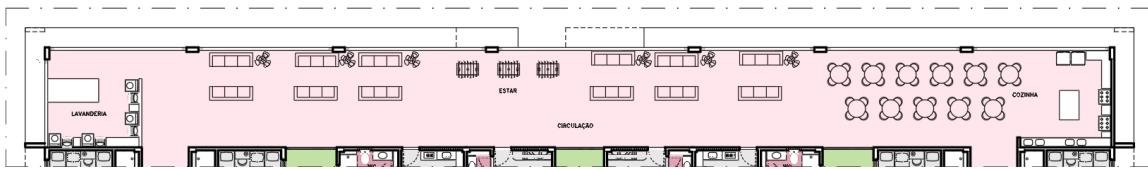
Figura 29 – Pavimento tipo



Fonte: Autora, 2025.

Além disso, o formato também possibilita a criação de um espaço de convivência (Figura 30) ao fundo da edificação, funcionando como uma área de transição térmica entre o sol poente e as unidades habitacionais.

Figura 30 – Área de convivência pavimento tipo

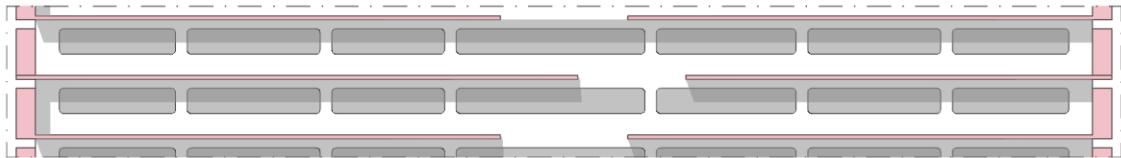


Fonte: Autora, 2025.

Esse espaço fica voltado para o Rio Capibaribe, e foi idealizado para possuir diversas aberturas, para contemplação da paisagem, porém com todas elas sendo sombreadas por uma laje que saca em 1m do prédio (Figura 31). Dessa forma, nenhum dos apartamentos fica localizado no lado poente da edificação e todas as usuárias do

prédio podem contemplar a paisagem do seu entorno, criando, ainda, um possível estreitamento de laços e uma nova rede de apoio, devido à convivência no espaço.

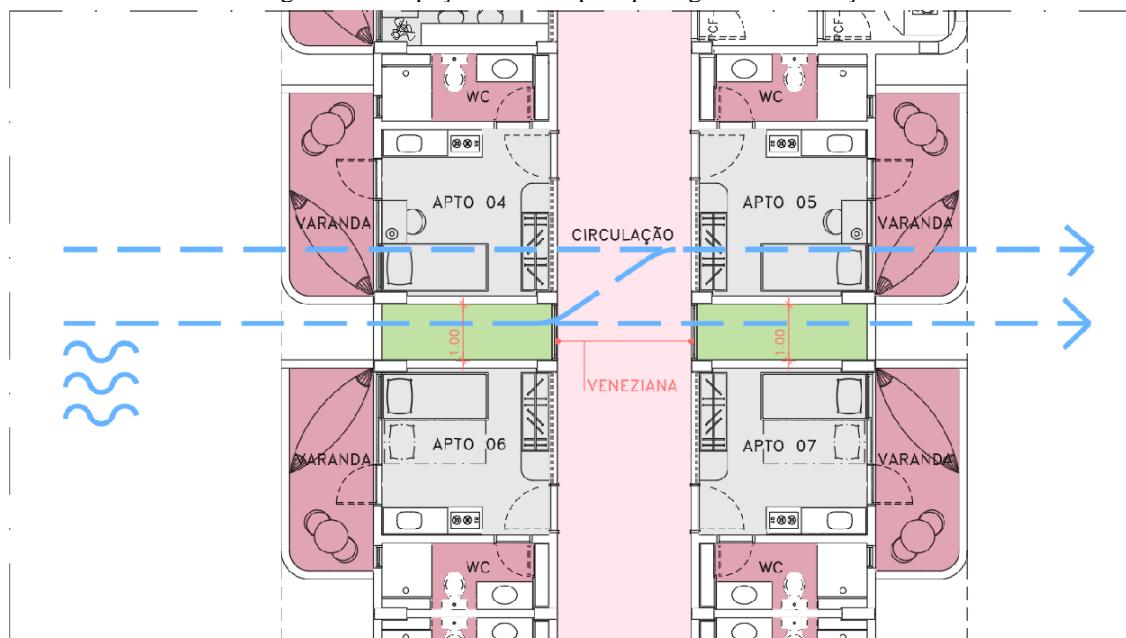
Figura 31 – Recorte da fachada da área de convivência



Fonte: Autora, 2025.

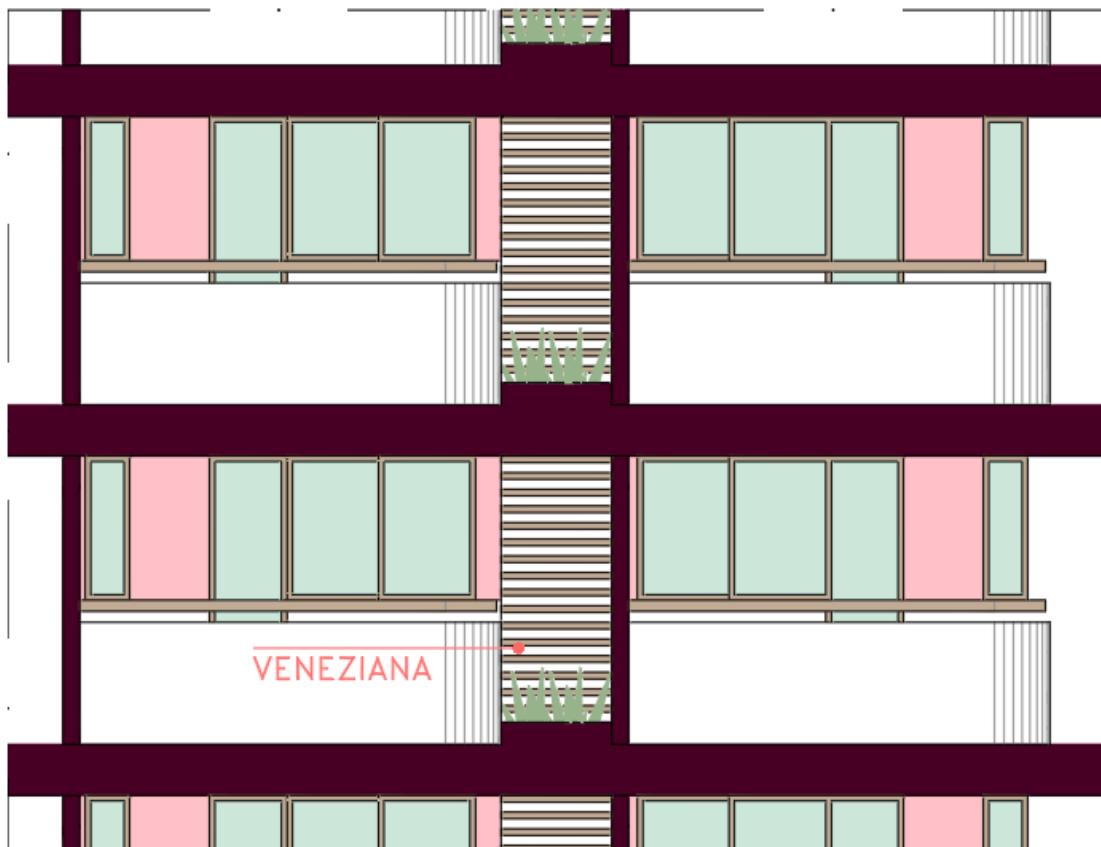
Com relação à parte das residências, a cada módulo de 2 apartamentos, é alocado um espaçamento de 1 metro de largura (Figura 32), com fechamento em veneziana de alumínio (Figura 33), para permitir que toda a extensão da edificação seja permeável à ventilação.

Figura 32 – Espaçamento 1m para passagem de ventilação



Fonte: Autora, 2025.

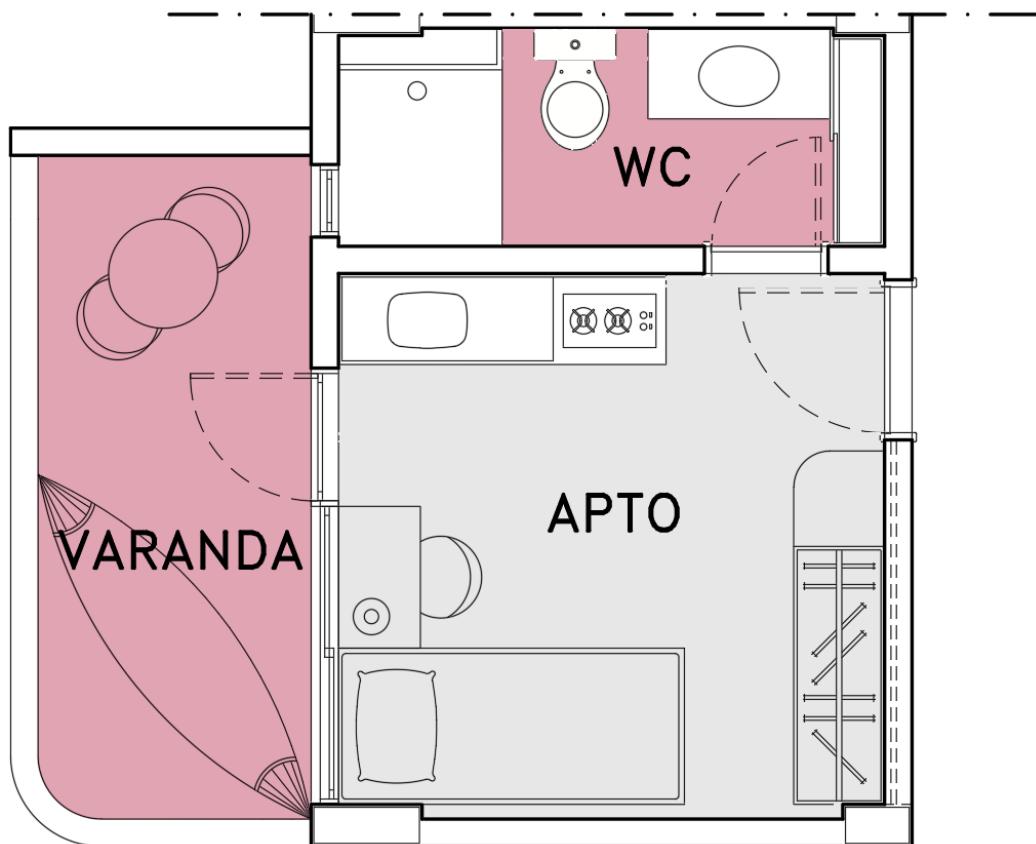
Figura 33 – Veneziana em vista



Fonte: Autora, 2025.

Tratando-se dos apartamentos, esses foram desenvolvidos em 2 tipologias diferentes, uma para abrigar até 2 pessoas e outra para abrigar 3, que, caso necessário, pode receber camas do tipo beliche e abrigar até 4 moradores. O apartamento para 2 pessoas (Figura 34) tem um formato de estúdio, com varanda, como já dito anteriormente e no banheiro foi alocada uma janela, para garantir salubridade e iluminação natural ao ambiente. Na parede compartilhada com a circulação horizontal do pavimento também existe uma janela alta, que possibilita a saída de ventilação que entra pelas esquadrias da varanda.

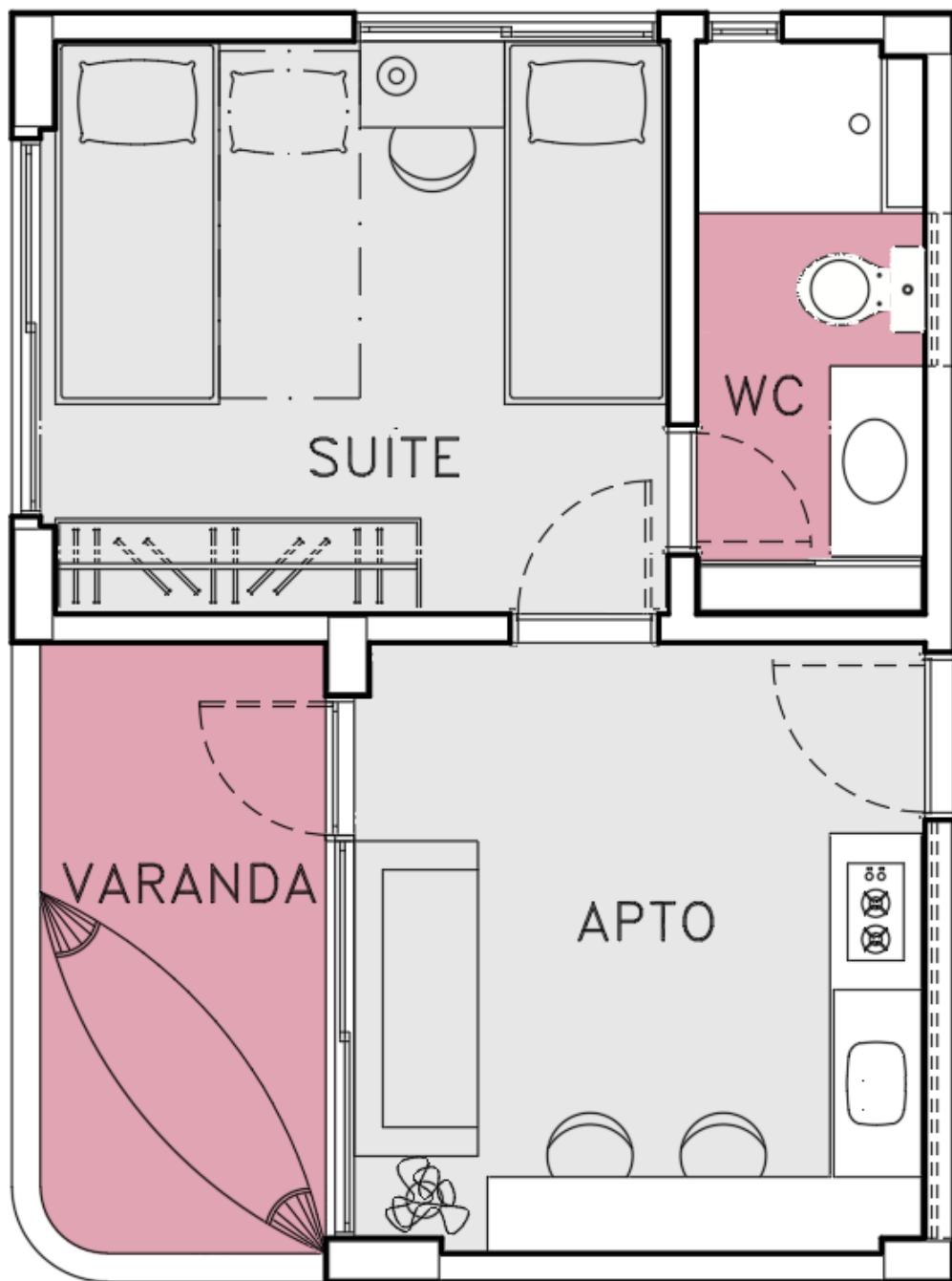
Figura 34 – Planta apartamento para 2 pessoas



Fonte: Autora, 2025.

Já no apartamento maior (Figura 35), os ambientes são divididos entre sala e suíte, além de terem também a varanda. O banheiro dessa unidade também possui janela para iluminação e passagem de ar, e a parede compartilhada entre a sala e o corredor, também possui uma janela alta. Além disso, a suíte também tem janelas, sendo 2 em algumas das unidades e apenas 1 em outras, a depender da posição de sua implantação.

Figura 35 – Planta apartamento para 2 pessoas



Fonte: Autora, 2025.

Partindo para o pavimento térreo (Figura 36), seus espaços foram pensados posteriormente, de forma a se encaixarem nos eixos estruturais definidos a partir da planta do pavimento tipo. Todos os espaços possuem aberturas para iluminação e ventilação natural, mas grande parte será climatizada.

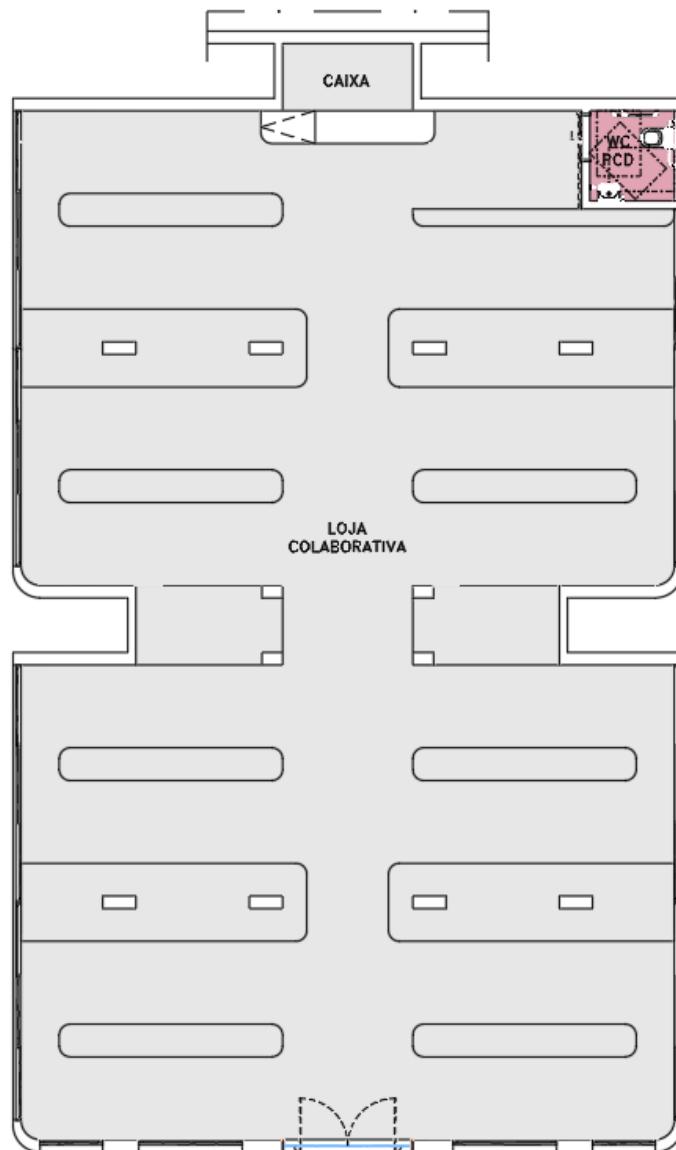
Figura 36 – Planta pavimento térreo



Fonte: Autora, 2025.

Como dito anteriormente, na parte frontal e mais próxima às calçadas ficam as lojas colaborativas (Figura 37), que foram idealizadas como um grande salão aberto, com trechos em esquadria de piso a teto, que servem como vitrines, permitindo a permeabilidade visual da loja. O layout do espaço consiste em expositores distribuídos por esse salão, para os produtos que serão vendidos pelas moradoras da edificação e além disso, foram alocadas algumas vagas de estacionamento, na parte frontal das lojas, como mostrado na figura 36.

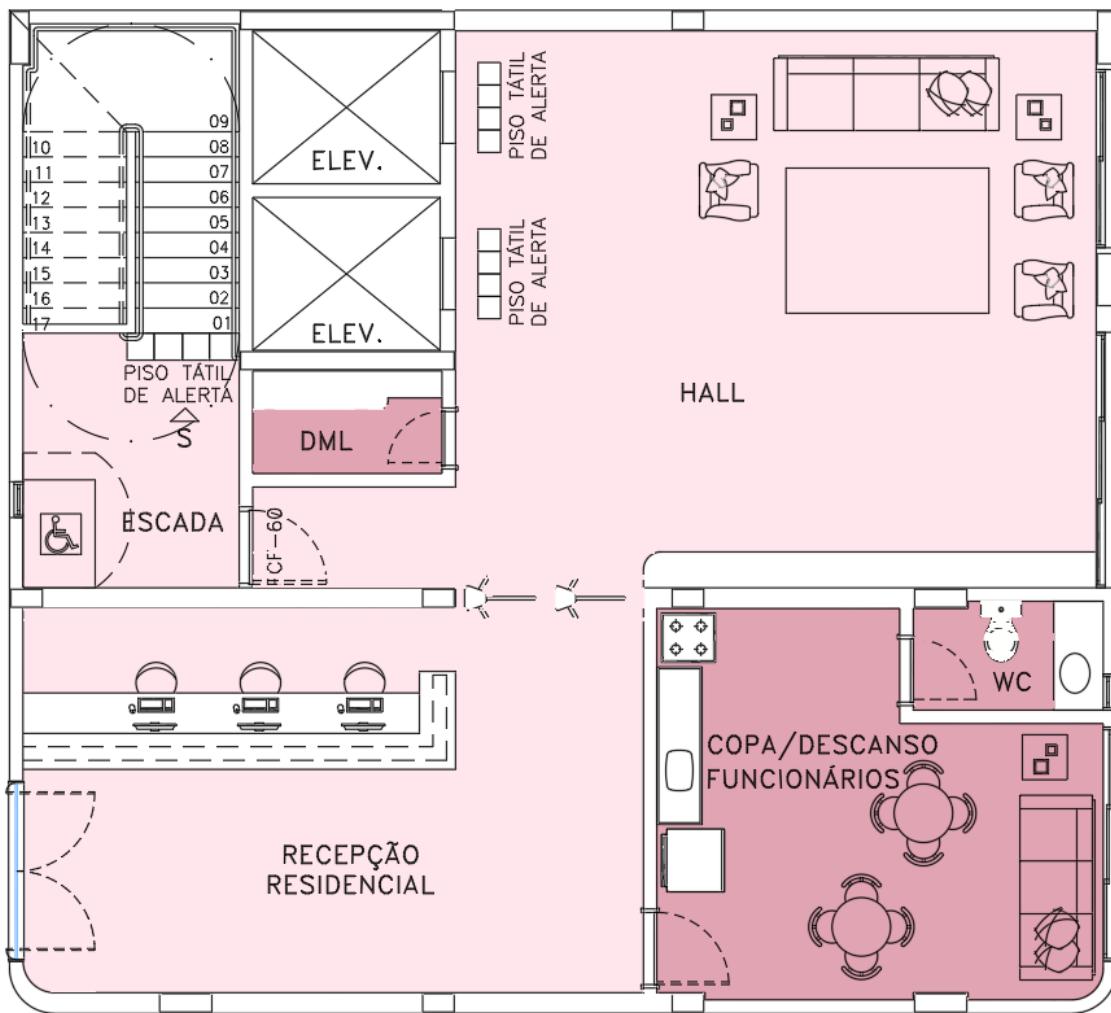
Figura 37 – Planta loja colaborativa



Fonte: Autora, 2025.

Já na parte central do térreo, dos dois lados da edificação, são alocados os módulos de recepção, com um hall de espera, a circulação vertical, além de um espaço de copa e descanso para os funcionários do residencial (Figura 38).

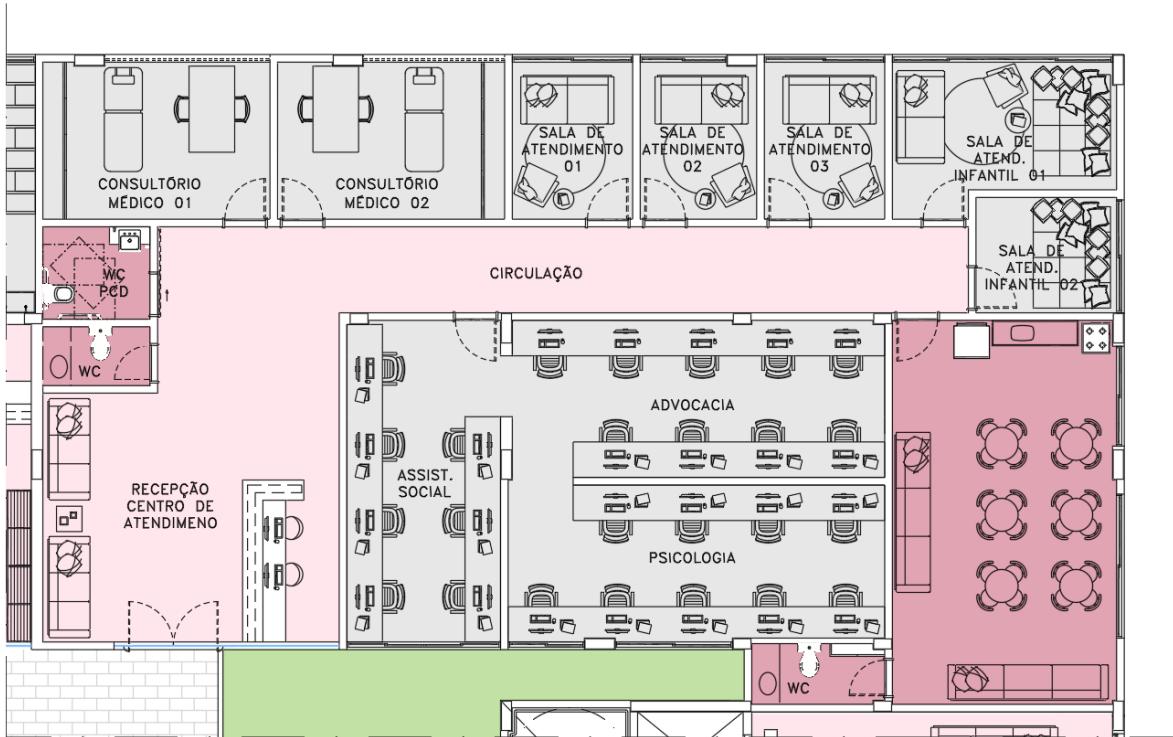
Figura 38 – Planta loja colaborativa



Fonte: Autora, 2025.

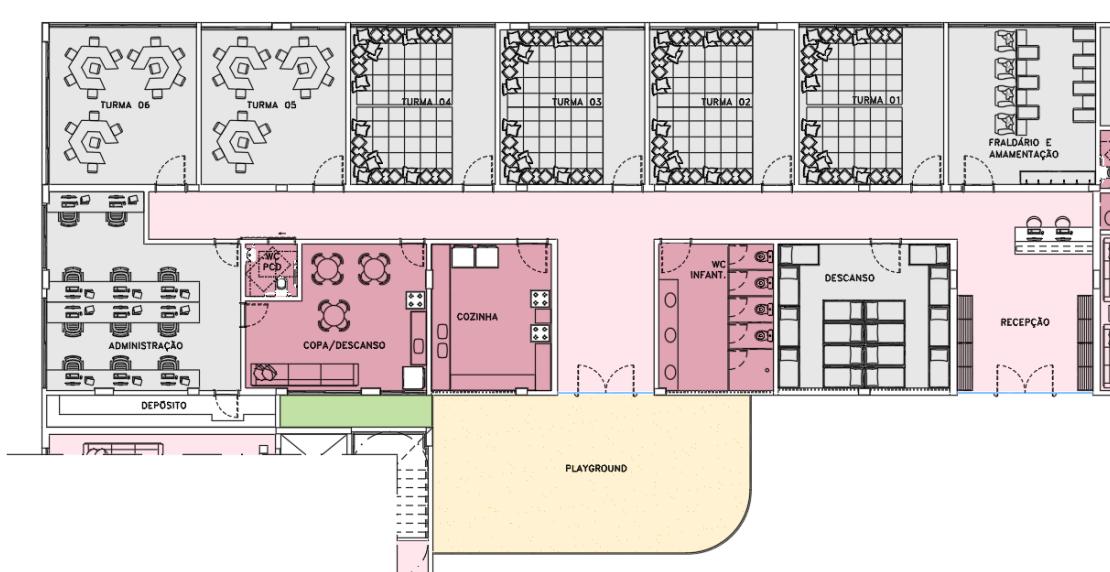
Já nos fundos da edificação, ficam alocados o centro de atendimento a mulheres (Figura 39), para garantir um ambiente com maior privacidade e tranquilidade e a creche, que atenderá exclusivamente as crianças das moradoras, que tenham entre 1 e 4 anos (Figura 40). Os dois espaços contam com várias salas, cada uma projetada para seu uso específico e, além disso, cada um possui um espaço designado especificamente para as funcionárias, contendo copa e ambiente de descanso.

Figura 39 – Planta centro de atendimento



Fonte: Autora, 2025.

Figura 40 – Planta creche

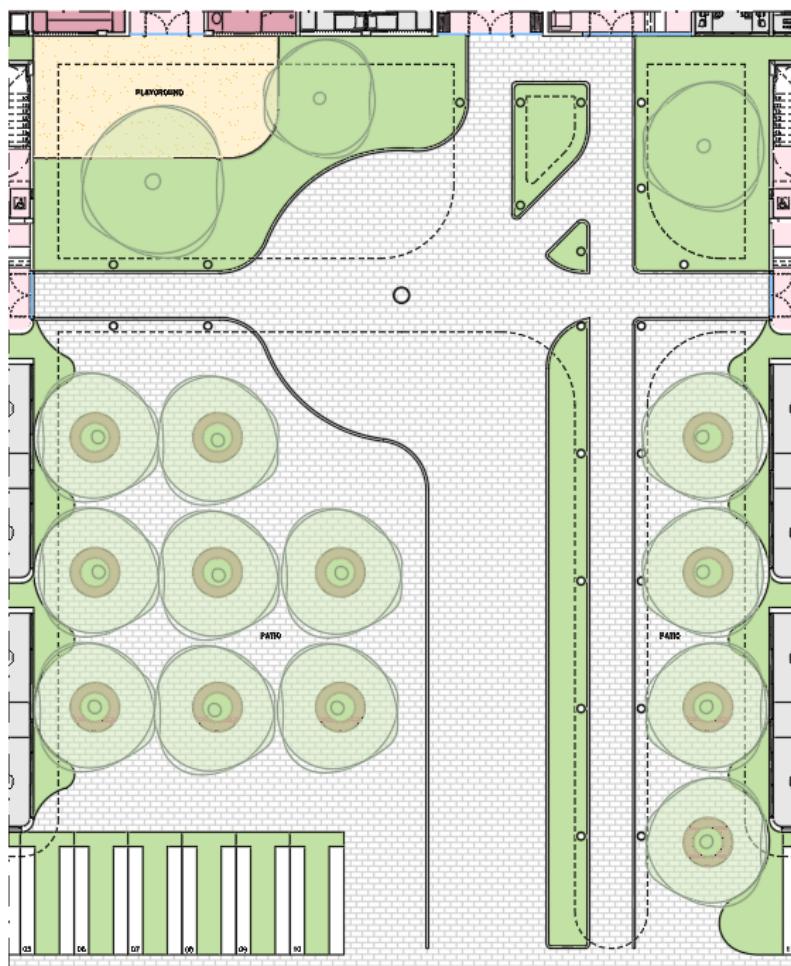


Fonte: Autora, 2025.

Por fim, o formato adotado para a edificação gera no pavimento térreo um grande pátio aberto (Figura 41), que pode ser utilizado tanto pelas moradoras quanto pela comunidade do bairro da Várzea, promovendo um espaço de encontro e convivência. Essa conexão entre o espaço de acolhimento e o entorno reforça a ideia de integração,

permitindo que as mulheres tenham apoio não apenas dentro do edifício, mas também na rede social ao seu redor, facilitando sua reinserção na vida comunitária.

Figura 41 – Planta pátio



Fonte: Autora, 2025.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste anteprojeto arquitetônico de uso misto, voltado para o acolhimento e a promoção da autonomia de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, reflete a necessidade de soluções inovadoras e abrangentes para um problema social complexo e persistente. Mais do que um abrigo temporário, a proposta busca oferecer um espaço que proporcione segurança, conforto e oportunidades de reconstrução de vida para as mulheres e seus dependentes, incentivando a autonomia e a reinserção social.

Ao longo do trabalho, o referencial teórico e os projetos de referência foram fundamentais na definição das diretrizes arquitetônicas. O referencial teórico possibilitou uma compreensão mais ampla sobre a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e sua atuação, e também esclareceu parte dos desafios que acometem as mulheres empreendedoras, mostrando que, mesmo diante desses, o empreendedorismo feminino ainda é uma boa solução para a reinserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente por conta da flexibilidade na rotina proporcionada pela profissão. Esse conhecimento foi essencial para validar a loja colaborativa como uma solução viável dentro do projeto, promovendo autonomia financeira para as moradoras, que por muitas vezes podem precisar dividir suas rotinas entre seus trabalhos e suas obrigações familiares.

Já os estudos de projeto serviram de inspiração tanto nas soluções arquitetônicas quanto no âmbito conceitual. O Centro Clarice Lispector, por exemplo, foi essencial para a definição do programa de necessidades do Centro de Atendimento a Mulheres, enquanto o Jardim Edite demonstrou como a diversificação de usos pode garantir maior integração entre o edifício e seu entorno imediato.

A concepção do projeto partiu, portanto, de uma abordagem sensível às necessidades das usuárias, considerando tanto os aspectos técnicos quanto os sociais e psicológicos. A implantação do edifício respeita as normativas urbanísticas e, ao mesmo tempo, dialoga com as características do bairro da Várzea, buscando integração com a comunidade local. O partido arquitetônico adotado priorizou o conforto ambiental, com a ventilação cruzada como princípio inegociável para garantir a qualidade térmica dos apartamentos, eliminando a necessidade de climatização artificial. A presença de varandas em todas as unidades habitacionais reforça essa estratégia, além de proporcionar um espaço externo privado que contribui para o bem-estar das moradoras.

A configuração em formato de "U" potencializa a ventilação natural, favorece a iluminação dos espaços internos e permite a criação de áreas de convivência que atuam como zonas de transição térmica. Além disso, a organização espacial foi pensada para garantir fluidez, funcionalidade e acessibilidade, tanto nas unidades habitacionais quanto nas áreas comuns. O térreo abriga os espaços de atendimento e suporte às moradoras, incluindo o centro de atendimento às vítimas, a creche e as lojas colaborativas, promovendo a sustentabilidade social e econômica do projeto. O grande pátio aberto no térreo, acessível tanto às usuárias quanto à comunidade do entorno, reforça a ideia de acolhimento e pertencimento, fortalecendo os laços comunitários e contribuindo para a reintegração das mulheres na vida social e profissional.

No processo de desenvolvimento deste trabalho, algumas dificuldades foram encontradas. O sigilo necessário para a segurança das vítimas acolhidas impossibilita visitas técnicas em casas-abrigo, que poderiam ter contribuído com informações diretas sobre a organização espacial e funcional desses espaços. Além disso, a ausência de registros arquitetônicos acessíveis, como plantas e layouts de casas-abrigo existentes, representou um desafio na formulação de diretrizes espaciais e programa de necessidades para a parte residencial. Outra limitação foi a falta de uma unidade da Casa da Mulher Brasileira em Recife ou Pernambuco, que impossibilitou uma visita em campo para análise mais detalhada do equipamento público, que reúne diversos serviços de atendimento integrado às mulheres vítimas de violência. Em janeiro de 2025, entretanto, foi anunciada a previsão da construção de 3 CBM's, uma em Recife, que já está com contrato finalizado, e duas outras em Caruaru e Petrolina.

Considerando essas dificuldades e as necessidades identificadas, o projeto desenvolvido pode, portanto, servir como ponto de partida para desdobramentos futuros que fortaleçam a rede de proteção às mulheres em Recife. A ampliação da infraestrutura de acolhimento pode incluir a criação de novas casas-abrigo, garantindo maior cobertura e acessibilidade para diferentes perfis de vítimas, já que atualmente existem apenas 3 em pleno funcionamento no estado de Pernambuco.

Além disso, seria benéfica a implementação de centros de apoio educacional voltados à conscientização sobre a violência de gênero, oferecendo cursos, palestras e campanhas permanentes de prevenção. A cidade também poderia investir em mais espaços comunitários como os Compaz, que promovem atividades esportivas, culturais e educacionais, proporcionando alternativas saudáveis para lidar com conflitos e reduzindo os fatores de risco associados à violência doméstica.

Dessa forma, este anteprojeto propõe um modelo arquitetônico que vai além da função de abrigo emergencial, estruturando-se como um espaço de apoio contínuo e fortalecimento da autonomia das mulheres acolhidas. A arquitetura, enquanto ferramenta de transformação social, tem o potencial de oferecer soluções concretas para desafios como a violência de gênero, promovendo dignidade, segurança e novas perspectivas para suas usuárias. Assim, este trabalho busca contribuir para o debate e o desenvolvimento de iniciativas arquitetônicas comprometidas com a equidade de gênero e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

## 8 REFERÊNCIAS

AMORIM, R. O., BATISTA, L. E. Empreendedorismo Feminino: Razão do empreendimento. Revista UNIESP S.A. Disponível em: [https://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf](https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170602115149.pdf). Acesso em: 14 jun. 2024.

ARCHDAILY BRASIL. Conjunto Habitacional do Jardim Edite / MMBB Arquitetos + H+F Arquitetos. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-134091/conjunto-habitacional-do-jardim-edite-slash-mmbb-arquitetos-plus-h-plus-f-arquitetos>. Acesso em: 01 jun. 2024.

ASSEMBLEIA Legislativa do Estado de Pernambuco. **Parlamentares apontam omissão do Estado na proteção às mulheres vítimas de violência.** Disponível em: <https://www.alepe.pe.gov.br/2023/09/12/parlamentares-apontam-omissao-do-estado-na-protectao-as-mulheres-vitimas-de-violencia/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BELIATO, I. O. **A (Re)existência Feminina: Proposta de reinserção da mulher na sociedade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Campus de Umuaram, Universidade Paranaense, Umuarama, 2019. Disponível em: [https://www.unipar.br/documentos/681/A\\_reexistencia\\_feminina\\_proposta\\_de\\_reinser%C3%A7ao\\_da\\_mulher\\_na\\_sociedade.pdf](https://www.unipar.br/documentos/681/A_reexistencia_feminina_proposta_de_reinser%C3%A7ao_da_mulher_na_sociedade.pdf). Acesso em: 21 maio 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Serviços especializados na Casa da Mulher Brasileira.** Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas-1/casa-da-mulher-brasileira/servicos-especializados>. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.** Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy\\_of\\_acervo/outras-referencias/copy2\\_of\\_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres](https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres). Acesso em: 14 set. 2024.

CARDOSO, L. Metade das mulheres deixa o mercado de trabalho um ano após o início da licença maternidade. **Extra.** Disponível: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/emprego/metade-das-mulheres-deixa-mercado-de-trabalho-um-ano-apos-inicio-da-licenca-maternidade-22458435.html>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CONJUNTO Habitacional do Jardim Edite. **Projetos,** ano 13, 2013. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/13.152/4860>. Acesso em: 10 maio. 2024.

COSTA, D., TATSCH, C. Treze anos após Lei Maria da Penha, só 2,4% das cidades têm casas-abrigo para mulheres. **O Globo.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/celina/treze-anos-apos-lei-maria-da-penha-so-24-das-cidades-tem-casas-abrigo-para-mulheres-23972179>. Acesso em: 20 mai. 2024.

**FÓRUM Brasileiro De Segurança Pública. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

INSTITUTO Maria da Penha. **Resumo da lei.** Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LACERDA JÚNIOR, A. F. S., CARRANZA, E. G. Jardim Edite, uma breve visita. **Arquiteturismo**, ano 10, 2016. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/10.114/6185>. Acesso em: 10 maio. 2024.

MONTE, C. A. S. **Quantos Bairros Comportam um Bairro? Uma Análise do Bairro da Várzea em Recife - PE.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. 2020.

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. **Mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: evolução anual dos números de vítimas de violência doméstica e familiar do sexo feminino em Pernambuco por região, janeiro de 2012 a dezembro de 2023.** Recife: Secretaria de Defesa Social, 2024. Disponível em: [https://www.sds.pe.gov.br/images/indicadores/violecia-domestica/VIOL%C3%8ANCIA\\_ANUAL.pdf](https://www.sds.pe.gov.br/images/indicadores/violecia-domestica/VIOL%C3%8ANCIA_ANUAL.pdf). Acesso em: 20 mai. 2024.

PORTAL G1. Economia. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/06/ibge-sintese-de-indicadores-sociais-2023.ghtml>

PREFEITURA da Cidade do Recife. **Centro de Referência Clarice Lispector.** Disponível em: <https://www2.recife.pe.gov.br/servico/centro-de-referencia-clarice-lispector>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PREFEITURA da Cidade do Recife. **Centros Especializados de Atendimento às Mulheres.** Disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/rede-centros;jsessionid=E7E0D13FBAAF2F8EA23D46F570995D34>. Acesso em: 14 jul. 2024.

REDE de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência. **Compromisso e Atitude.** Disponível em: <https://www.compromissoeatitude.org.br/rede-de-atendimento-as-mulheres-em-situacao-de-violencia/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Conheça as vantagens da economia colaborativa.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigoshome/economia-colaborativa-a-tendencia-que-esta-mudando-o-mercado,49115f4cc443b510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Lojas compartilhadas: uma alternativa para reduzir custos.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lojas-compartilhadas-uma-alternativa-para-reduzir-custos,760eed7a8fb56810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Tudo o que você precisa saber sobre lojas colaborativas.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/loja-colaborativa-o-que-e-como-funciona-vantagens-e-como-participar,3a5a33e06c9cf510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 13 jun. 2024.

## **9 APÊNDICE**

Apêndice A – Perspectiva 01



Apêndice B – Perspectiva 02



Apêndice C – Perspectiva 03



Apêndice D – Perspectiva 04



Apêndice E – Perspectiva 05



Apêndice F – Perspectiva 06

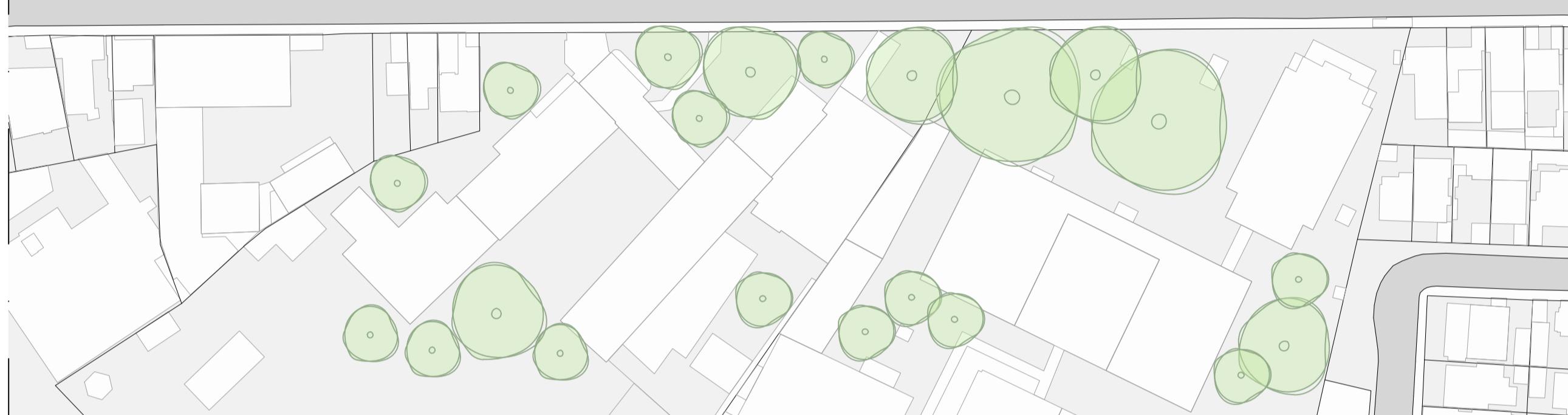


Apêndice G – Perspectiva 07

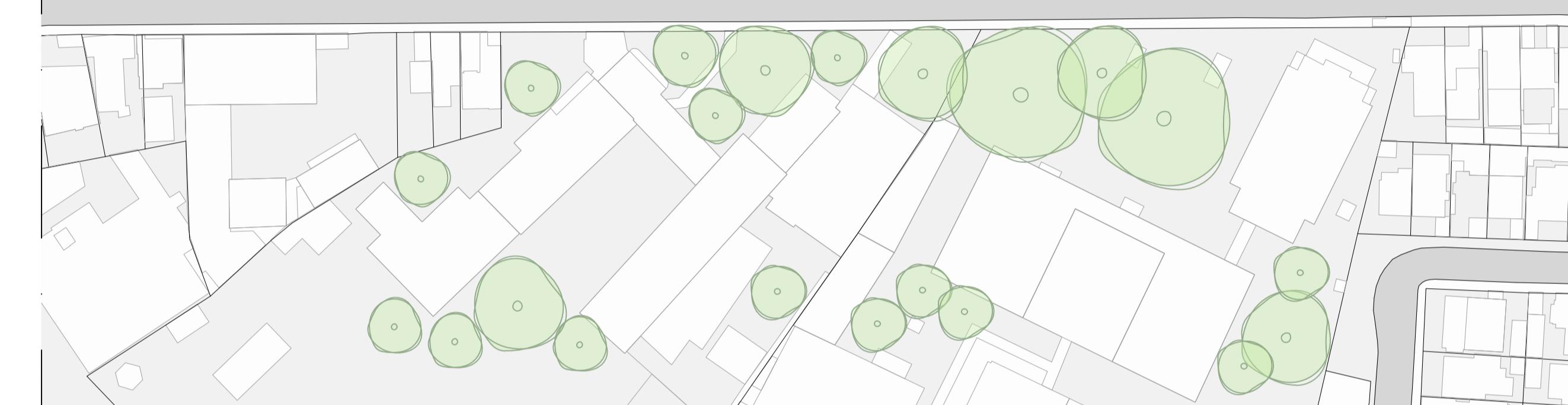
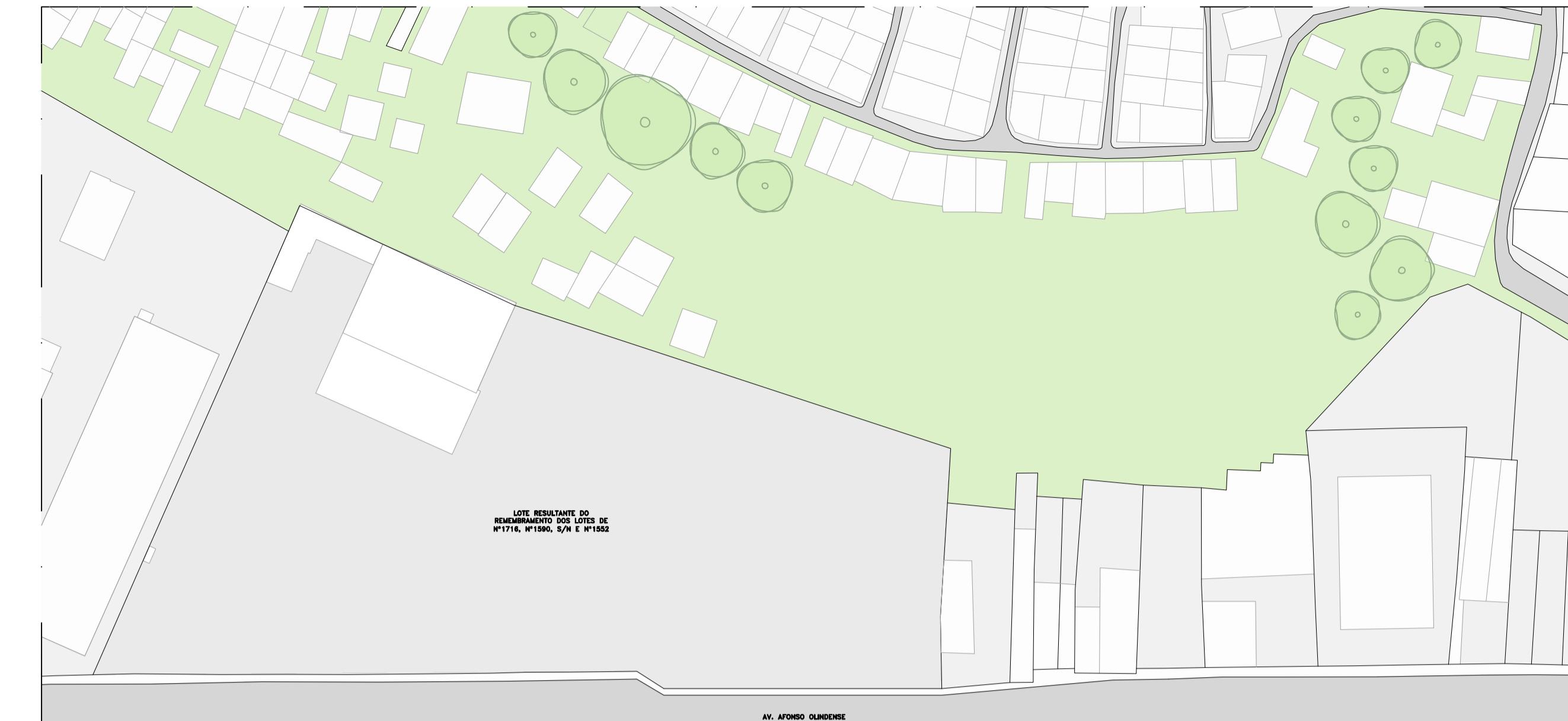


Apêndice H – Perspectiva 08

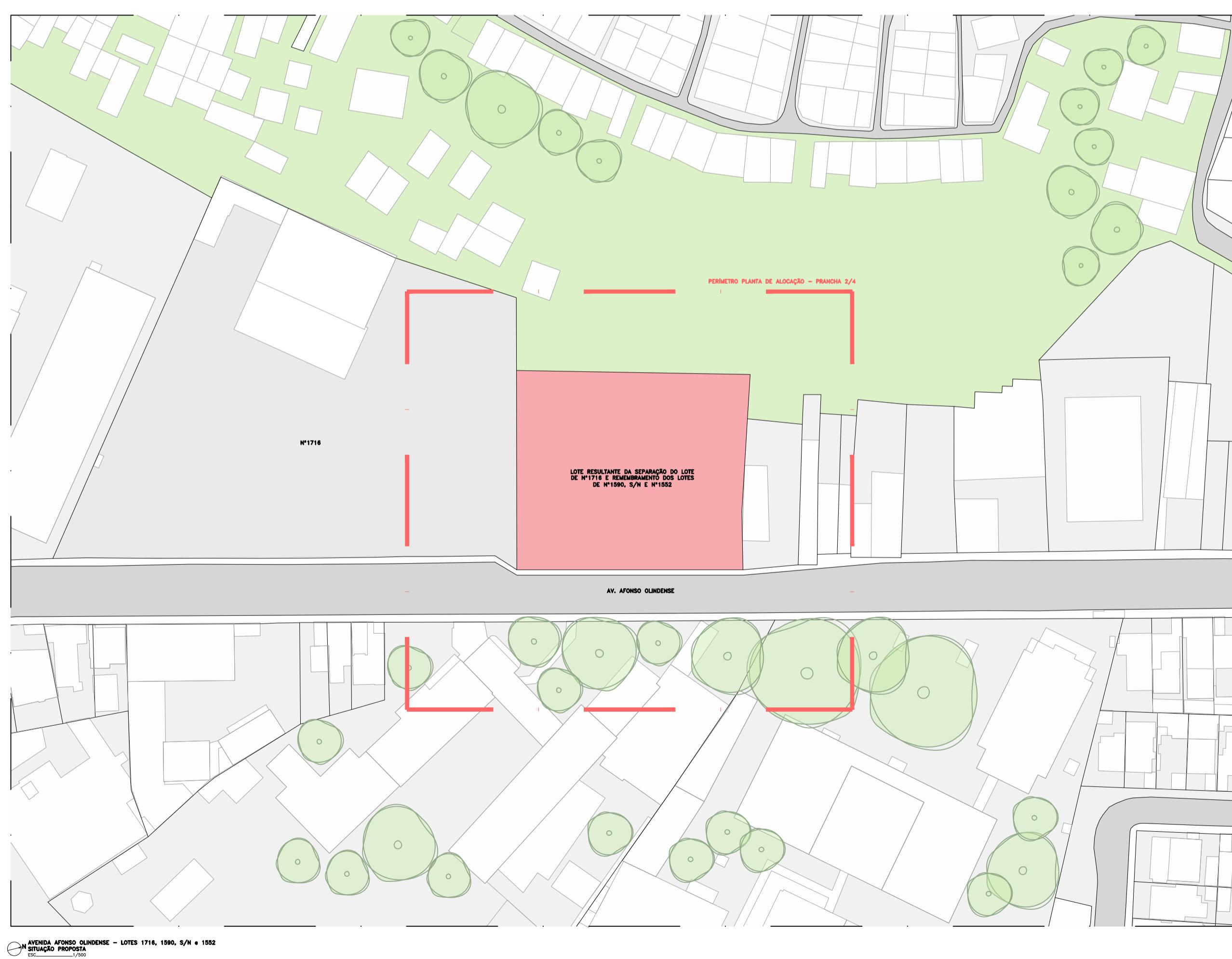




Avenida Afonso Olindense - LOTES 1716, 1590, S/N e 1552  
SITUAÇÃO ORIGINAL  
ESCALA 1/500

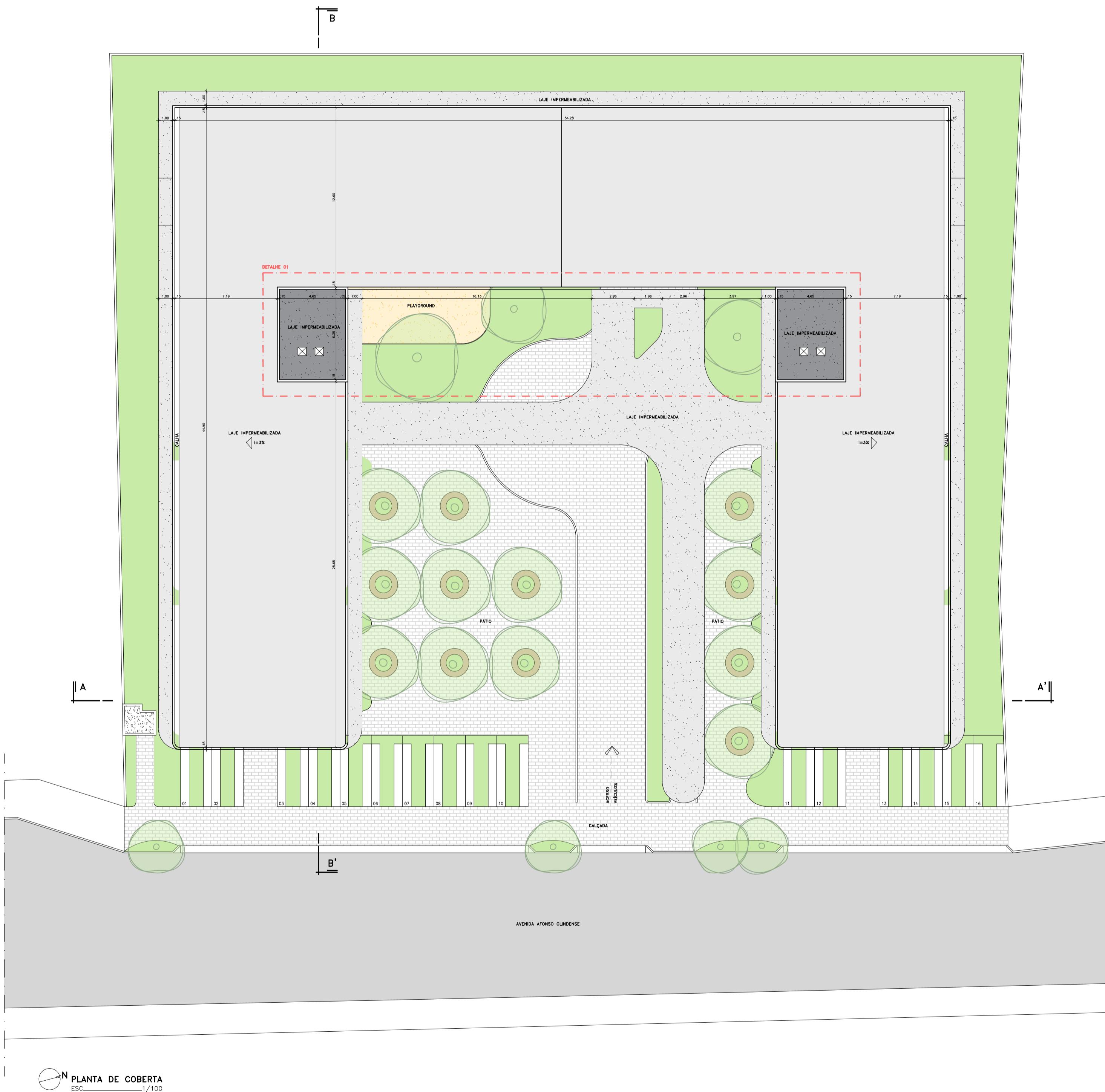
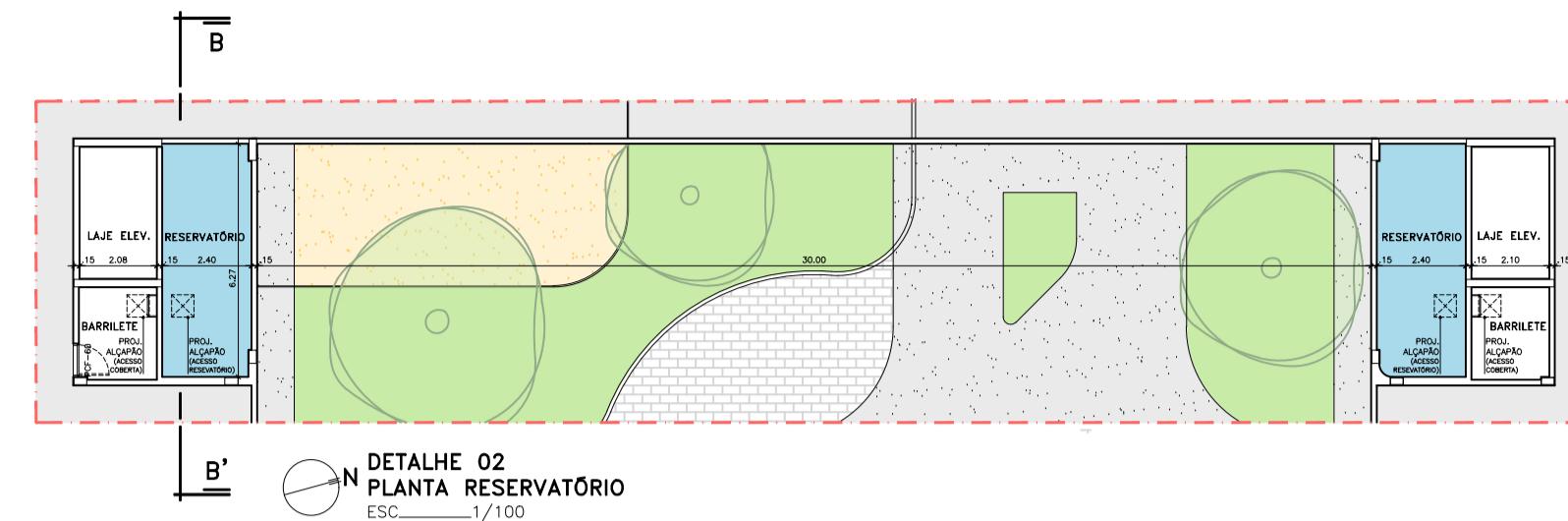
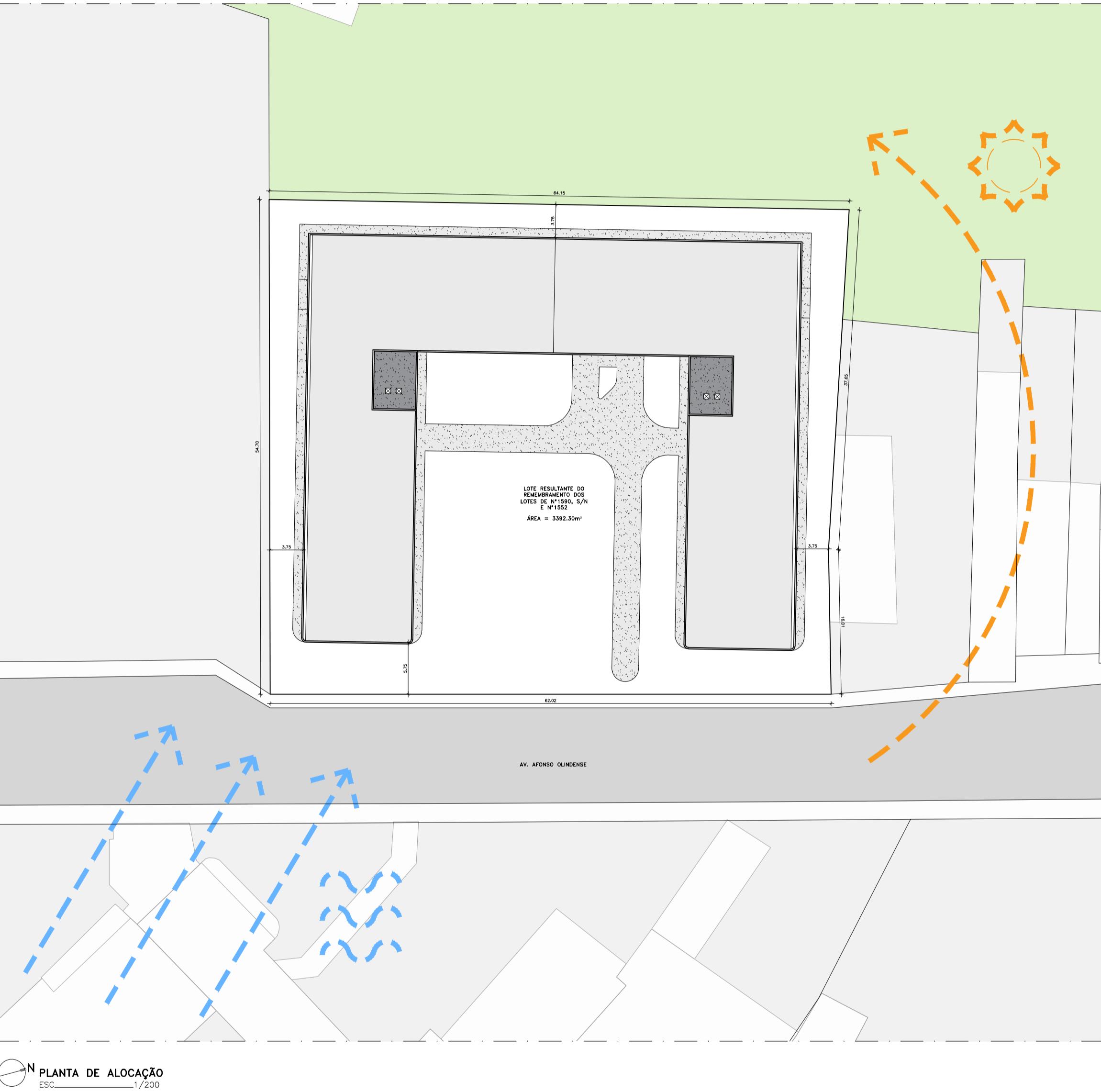


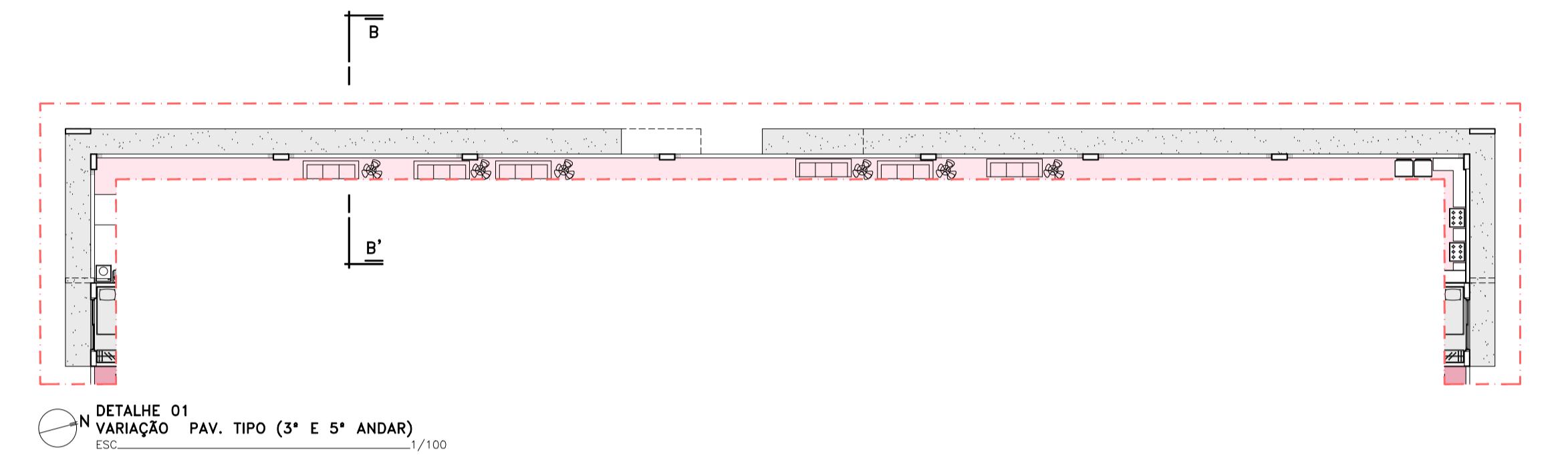
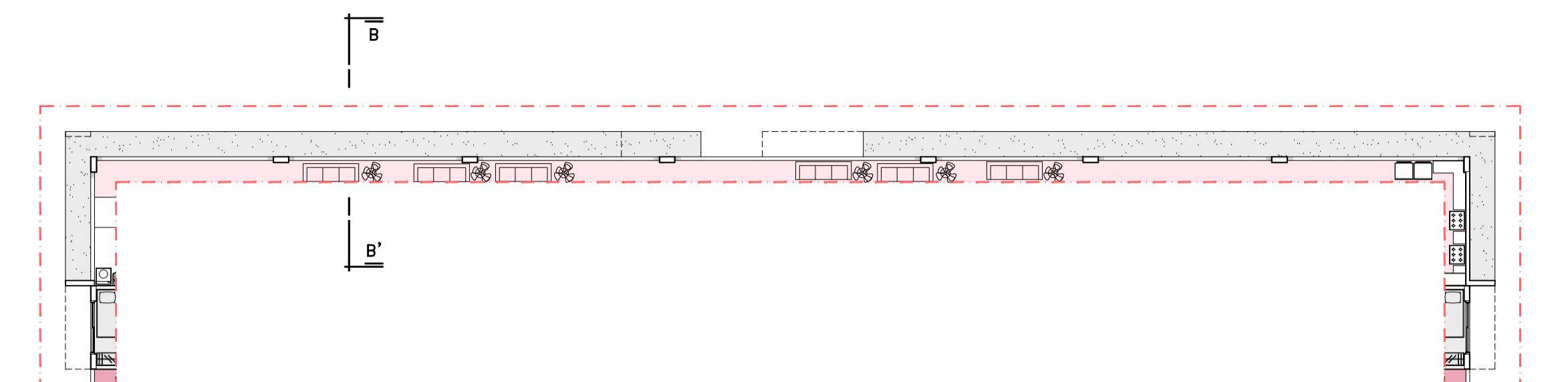
Avenida Afonso Olindense - LOTES 1716, 1590, S/N e 1552  
SITUAÇÃO ATUAL  
ESCALA 1/500



Avenida Afonso Olindense - LOTES 1716, 1590, S/N e 1552  
SITUAÇÃO PROPOSTA









CORTE AA'  
ESC 1/100



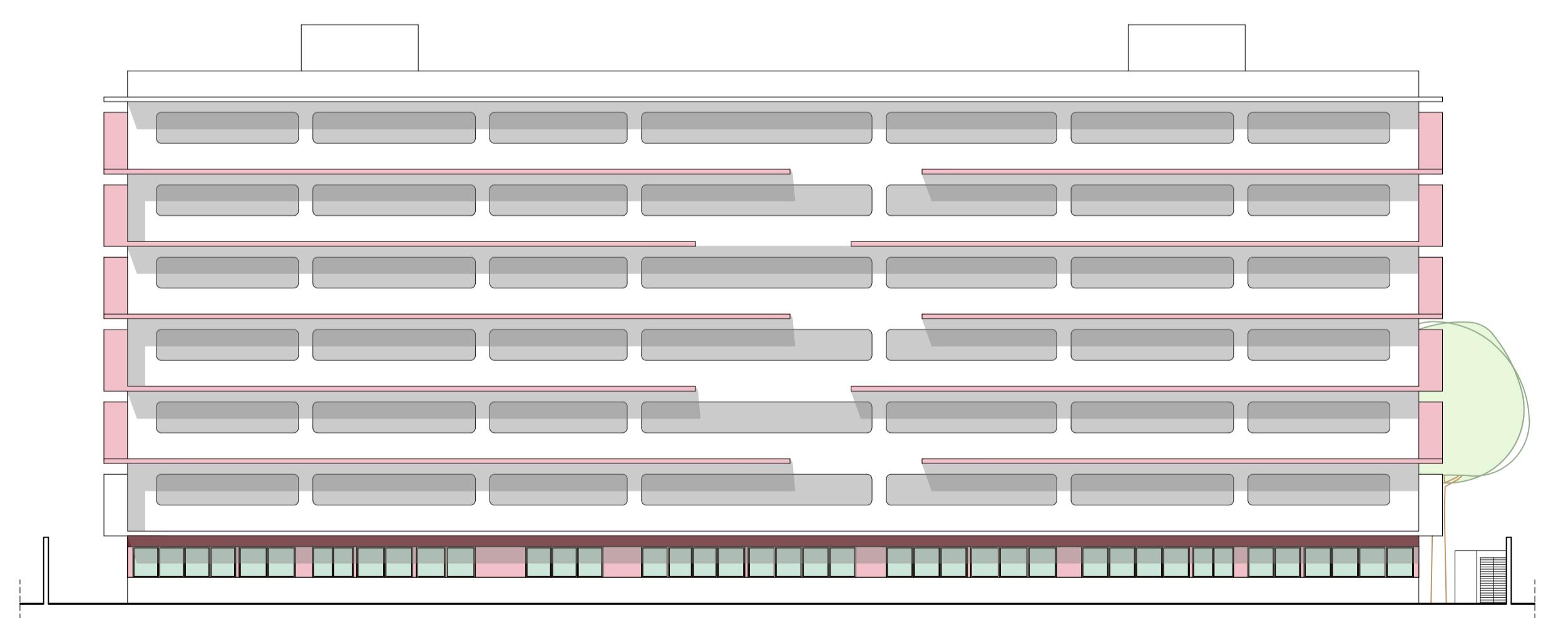
CORTE BB'  
ESC 1/100



FACHADA LESTE  
ESC 1/100



FACHADA NORTE  
ESC 1/100



FACHADA OESTE  
ESC 1/100



FACHADA SUL  
ESC 1/100

#### ESPECIFICAÇÕES FACHADAS

- REVESTIMENTO CERÂMICO STRUFALDI 6x24 NA COR WHITE
- REVESTIMENTO CERÂMICO STRUFALDI 6x24 NA COR FIRENZE
- REVESTIMENTO CERÂMICO STRUFALDI 6x24 NA COR MAGENTA



